

21 de Setembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 227
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Fitch contraria optimismo do Governo

Contrária à perspectiva positiva manifestada pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica sobre a evolução das contas públicas, a médio prazo, a agência financeira Fitch Solutions prevê que a dívida pública se mantenha acima dos 100% nos próximos 10 anos. Pág. 9

Edeltrudes Costa factura com o Estado



O ministro e chefe do gabinete do Presidente República assinou vários contratos com o Estado, alguns dos quais autorizados por João Lourenço, em que facturou vários milhões de dólares, segundo a portuguesa TVI. Num dos contratos, por exemplo, João Lourenço autoriza simultaneamente a contratação e a subcontratação de duas empresas representadas pela mesma pessoa, um cidadão português ligado aos negócios de Edeltrudes Costa. Pág. 24

EXCLUSIVO

'Caso São Vicente' levanta receios de sobrefacturação nos contratos da Sonils

INVESTIGAÇÃO. Fontes da indústria revelam que, à semelhança do caso AAA com o seguro petrolífero, o Estado terá perdido centenas de milhões de dólares com o monopólio da logística detido pela Sonils, empresa em que a Sonangol detém formalmente 100% do capital desde 2011. Mas duas empresas privadas, ligadas a Desidério Costa e a Albina Assis, receberam 23 milhões de dólares de dividendos, como "accionistas informais", entre 2004 e 2011. Págs. 10 e 11

QUEBRA DE PRODUÇÃO ELEVA PREÇOS

Materiais de construção dispararam 150%

Pág. 8

LUÍS DOS SANTOS, PRESIDENTE DA AIPHILCA

"Sentimos perda de qualidade em alguns departamentos do Governo"



Pág. 4 a 6

Editorial

PRESIDENTE, CONVOQUE OS DESINTERESSADOS*

Nota: Republicamos, propositadamente, este Editorial da edição nº 204, de 13 de Abril de 2020, a propósito da criação, pelo Presidente da República, do Conselho Económico e Social, esta semana. Mais de cinco meses após o repto deixado pelo VALOR, João Lourenço responde e reúne um grupo de especialistas para se consultar sobre questões económicas e sociais.

As boas práticas devem ser necessariamente imitadas. Os conselhos avisados nunca devem ser ignorados. E, acima de tudo, os erros dos outros têm de ser traduzidos em ensinamentos. Essas são algumas das lições que voltam a ser poderosamente lembradas pela pandemia da covid-19. E isso pode ser percebido pelos resultados diferentes que os países vão alcançando na gestão da crise, conforme os extremos em que se posicionaram em momentos críticos. Os que não ignoraram alertas e se anteciparam nas medidas de prevenção têm conseguido conter a propagação do vírus com mais sucesso, o que tem resultado, sobretudo, em números menos expressivos de infecções e de óbitos. Na Europa, a Alemanha, entre outros, vai sendo diferenciada por esse lado mais proactivo. Quem optou pelo contrário está a colher a tempestade pelos ventos que semeou. E os Estados Unidos são hoje provavelmente o pior exemplo entre os países que resistiram antecipar-se à contenção da pandemia. Na última semana, a imprensa norte-americana precisou que Donald Trump perdeu, pelo menos, três semanas para avançar com as medidas de restrições na actividade económica e social, apesar dos avisos de especialistas que integram a sua própria equipa de combate à pandemia. E há até especulações de que o presidente norte-americano subbesse ou, pelo menos, tivesse sido avi-

sado do perigo ainda em finais do ano passado.

O caso africano, grosso modo, até agora, tem-se revelado menos dramático, face ao resto do mundo. Não só pelas razões já determinadas, como a juventude da sua população e as condições climáticas mais desfavoráveis à propagação do vírus, mas também porque, ao chegar relativamente tarde ao continente, os países tiveram mais tempo para aplicar as possíveis medidas de prevenção, no limite das suas circunstâncias económica e sociais. Quando decretou o estado de emergência, pela primeira vez, o Presidente João Lourenço fez questão de sublinhar, aliás, que a medida, em parte, decorria da aprendizagem com os erros dos outros.

Ora, aproveitando essa disponibilidade do Presidente para replicar os melhores exemplos, particularmente nesta fase de profunda crise, deixamos aqui o repto para que convide especialistas ‘desinteressados’ para ouvi-los sobre as possíveis soluções para a economia. A auscultação técnica e relevante pelo Presidente da República não se pode confinar a pessoas ou grupos de interesses que, por razões óbvias, muitas vezes, apresentam uma visão parcial e comprometida

dos factos e das soluções. As associações empresariais são um exemplo clássico. Sendo inevitável ouvi-los, os empresários têm o defeito umbiguista de fabrico que os obriga a exigir respostas para as suas necessidades específicas. E os órgãos de consulta do Presidente, como o Conselho da República, não têm a especialização suficiente e necessária para se pronunciarem sobre temas que exigem profundidade técnica.

É hora, por isso, de se convocar ao Palácio os académicos ‘desinteressados’ e com investigação relevante sobre o fenómeno económico e social para proporem soluções ao Presidente da República. As respostas para a economia não têm de estar entregues exclusivamente aos lobistas, à jovem que comanda corajosamente o Ministério das Finanças e ao ministro de Estado, que mais se notabiliza pela ausência.

Hoje, impõe-se acrescentar apenas o seguinte: que este novo fórum tenha efectivamente a serventia que se lhe espera. E que não seja apenas mais um ‘drible’ para se refrear a crítica esclarecida a céu aberto, muito menos para suportar a narrativa da presidência aberta. Porque juntar 45 conselheiros numa sala é qualquer coisa impraticável.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ELISEU GASPAR,
vice-presidente da AIA

Agostinho Neto disse que “a agricultura é a base e a indústria o factor decisivo”...

Os produtores familiares absorveram essa máxima, mais de 80% do que se consome no país deriva da produção do camponês. A grande maioria da população depende do campo. Mesmo em tempo de guerra, foram eles (camponeses) que alimentaram o país.

Mas o país não consegue auto-suficiência?

O problema é que todo o tecido industrial herdado do colono foi destruído pelo redimensionamento empresarial pouco transparente. Agostinho Neto deixou tudo a produzir bem ou mal. Prova disso são as feiras de produção nacional que foram sendo realizadas após a sua morte. Esse redimensionamento abrupto foi o embrião da acumulação primitiva de capital.

Como sair da crise?

Pensa-se em projectos megalómanos, mas não pode ser! Tem de se pensar numa indústria dimensionada às capacidades de produção actuais. Hoje, na Europa, ou no mundo desenvolvido, são as micro e pequenas indústrias que transformam a produção agrícola. São as chamadas indústrias modulares. Mas tudo isso tem de ser feito pelo sector empresarial e não pelo Estado como se faz aqui.

15 TERÇA - FEIRA

O Presidente da República ordena ao Ministério das Finanças que apure os débitos e créditos existentes entre as empresas públicas Sonangol, Taag e Prodel e regularizar as dívidas, com vista ao saneamento das empresas.

16 QUARTA - FEIRA

A Sonangol, que esteve na génese da criação da seguradora AAA, do empresário Carlos São Vicente, actualmente sob investigação judicial, declara, em comunicado, que está a acompanhar o processo e “disponível para responder às interpelações legais”.

17 QUINTA - FEIRA

O ex-governador da Lunda-Sul, Ernesto Kiteculo, é detido por suspeitas das práticas de peculato e associação criminosa, entre outros crimes, quando exercia funções no governo do Kuando-Kubango. O anúncio é feito pela PGR.



SEGUNDA-FEIRA

A Exem Energy, empresa de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo que detém uma participação indireta na Galp, confirma estar a ser alvo de inquérito por parte das autoridades holandesas, relacionado com a Sonangol, mas garante que nada deve à petrolífera angolana e que a investigação foi precipitada por suposta ligação familiar entre Isabel dos Santos e Manuel Vicente.

18 SEXTA - FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirma que Angola espera “poupar” 6 mil milhões de dólares, até Junho de 2023, em negociações da dívida pública com credores dentro e fora do G20.



19 SÁBADO

O Presidente da República afirma que “não há culpados” pelo adiamento das eleições autárquicas no país, salientando que tanto o Executivo como a Assembleia Nacional estão a trabalhar no sentido de reunir condições para que se realizem.



20 DOMINGO

O presidente da Associação dos Madeireiros, Miguel Tchiyov, revela que os madeireiros do Kuando-Kubango acumularam, de 2018 a 2020, prejuízos de 125 mil milhões de kwanzas, pela não transformação da madeira em toronas áreas de exploração.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEMPRE QUEDA...

O receio de a segunda onda de covid-19 causar novamente restrições na livre circulação influenciou a queda de quase 4% do preço do petróleo. O Brent, referência às exportações angolanas, caiu 3,45%, ao negociar a entrega para Novembro nos 41,66 dólares, após ter encerrado, na semana passada, nos 43,15 dólares. Já o WTI para entrega em Novembro fechou a negociar a 39,77 dólares, uma queda de 3,75%.



OURO, PRATA E COBRE SEGUEM RITMODA QUEDA...

No mesmo sentido, o ouro fechou com perdas de 2,57%, ao negociar a entrega para Dezembro a 1.911,70 dólares por onça troy. A prata teve perdas de 9,94%, negociando a 24,433 dólares por onça troy as entregas para Dezembro. Já o cobre registou perdas de 2,93%, ao negociar as entregas para Dezembro a 3,0248 dólares por libra-peso.

Entrevista

LUÍS GOMES DOS SANTOS, EMPRESÁRIO E PRESIDENTE DA AIPHILCA

“Há perda de qualidade no funcionamento de alguns departamentos do Governo”

Considera frouxos os resultados do combate à corrupção e alerta para a necessidade de se implementar medidas de defesa da produção nacional. Ataca os estrangeiros que fingem produzir, mas apenas importam produtos. Critica o Governo por manter “incorreções que levam tempo a serem corrigidas, entrando em total contradição com um dos grandes lemas da governação que é a transparência” e entende que é ainda um tabu falar de créditos bancários. Optimista, confia que Angola vai sair da crise em breve.



Mário Mujetes © VE

Por César Silveira

Como é que se pode caracterizar a Associação Industrial de Produtos de Higiene, Limpeza e Cosméticos de Angola (AIPHILCA)?

A associação existe desde Abril de 2017. Resultou da necessidade de algumas empresas industriais se juntarem para atender às preocupações transversais já que se vivia o início da actual crise macroeconómica ou de recessão. Surgiram 13 indústrias interessadas e foram estas que assinaram a acta de constituição. Uma desistiu e outra, no início deste ano,

também se separou por cessação de actividade. Actualmente, somos 14 empresas, incluindo uma que se quis aliar, cujo objecto social é o fabrico de máscaras faciais. Mas o universo desta indústria não se limita a estas 14.

E quantas operam no sector?

É difícil responder. Só o Ministério o poderá fazer. Para estas 14, cuja constituição e documentação de oficial temos em arquivo, das outras, desconhecemos. São várias e admitindo que todas trabalham legalmente só mesmo o gabinete de estudo, planeamento e estatística e a direcção da indústria poderão complementar esta informação.

Existe um número inferior ou superior se comparado com as que cons-

tituem a associação?

Por aquilo que vamos sabendo, através das respectivas marcas, são muitas, em número igual ou superior aquelas que estão associadas.

Considerando as motivações para a criação da associação, valeu a pena a aposta?

Plenamente. Estamos mais do que convencidos de que a iniciativa foi salutar porque, infelizmente, no nosso país ainda há uma influência significativa da administração estatal na actividade económica. Para o executivo, passou a ser mais fácil dialogar com uma entidade representando várias empresas do que receber casuisticamente quase as mesmas preocupações de várias entidades. Facilitou a interação, a inter-

locução e a busca de soluções. Entre elas, o acesso às divisas para importar matéria-prima e matéria subsidiária não produzida em Angola.

O acesso às divisas era a principal preocupação. Está ultrapassada?

Era uma das preocupações. Existiam outras que passavam pela reforma do mecanismo de licenciamento da actividade por parte do executivo. Passava também pela necessidade de se passar a observar regras de concorrência, porque a industria foi surgindo e, em contrapartida, a importação de produtos similares continuou e foi aumentando, quando o princípio era e é lutar gradualmente para a substituição das importações. Estes eram os pilares que dificultavam a actividade. Necessitávamos de fazer sen-

tir o nosso parceiro natural, que é o executivo, que haveria que dar uma solução a estas preocupações. Assim surgiu o decreto presidencial 23/19 de 14 de Janeiro de 2019, no âmbito do Prodesi. Define a cadeia comercial da oferta de bens da cesta básica e outros bens prioritários de origem nacional. O que vinha corporizado em intenções passou a constar legalmente. Antes de importar, os produtores nacionais têm de ser ouvidos. A intenção é só importar o que não seja manufacturado em Angola. E também orienta que a gestão de divisas seja mais cuidadosa, no sentido de priorizar a produção nacional, fundamentalmente aquela que está voltada para a cesta básica.

A aplicação ainda não é uma rea-

“Demonstrando, de forma competente, cabal, técnica e legal, que determinados procedimentos desprezam, desrespeitam e violam disposições e prejudicam drasticamente o erário público, facilitando o branqueamento.”

lidade?

O país é rico em legislação, havendo uma grande dificuldade de ser respeitada. Estamos numa fase de fazer ver e sentir ao executivo que há muita coisa por fazer. Esta legislação foi complementada com a Nova Pauta Aduaneira que levou tempo a ser publicada. Estas duas ferramentas deveriam actuar em paralelo.

Enfrentam a concorrência desleal de produtos importados?

A realidade é catastrófica. Entra no país produto que seria desnecessário usar divisas, quando se diz de ‘boca cheia’ e permanentemente que os recursos do tesouro em divisas estão aquém das nossas necessidades. Para nós, é difícil entender. Continua-se a vender divisas para importar papel higiénico, guardanapos, rolos de cozinha, pensos higiénicos, fraldas descartáveis, sabão, detergente em pó e líquidos e outros quando temos capacidade suficiente para produzir esta gama de produtos e com qualidade.

O Governo decidiu não vender divisas para a importação de determinados produtos, mas a medida não foi muito bem acolhida pela Organização Mundial do Comércio (OMC)...

Conforme vai havendo capacidade de resposta interna, produtos similares podem ser importados por quem quiser, mas com os próprios fundos e não com recursos do tesouro nacional. Indo ao encontro da OMC, sugerimos que não se impeça a importação de nada. Muitos pseudoindustriais, que maioritariamente não querem filiar-se na associação, são os que conseguem ter o apoio dos organismos que administram as importações, violando normas que estão consagradas no decreto 23/19 e na pauta aduaneira. Estes pseudoindustriais conseguem licenciar operações de importação, conseguem com que os bancos efectuem pagamentos no estrangeiro de grandes quantidades de produtos que entram no país como matéria-prima quando são produtos acabados. Estes autênticos importadores, e não industriais, limitam-se a fazer o enchimento ou empacotamento do produto. Isso é uma autêntica violação das regras de concorrência, por um lado, e é um arripio ao cumprimento e respeito às obrigações aduaneiras e fiscais.

A associação não tem sido suficientemente capaz de acabar com esta prática?

Não nos compete tomar decisões. Compete-nos colaborar com o executivo, demonstrando, de forma competente, cabal, técnica e legal, que determinados procedimentos desprezam, desrespeitam e violam disposições e prejudicam drasticamente o erário público, facilitando o branqueamento de capitais. Estes pseudoindustriais são quase 100% estrangeiros que não estão em Angola para outro efeito senão branquear capital. Esse tipo de cidadão evita sempre filiar-se em corporações e associações, porque há regras. Estivemos no passado 3 de Setembro com o ministro da Indústria e Comércio. Foi um encontro produtivo. Todas as nossas preocupações foram apresentadas, deixámos documentação a demonstrar e sugerir medidas. Estamos atentos no sentido de vermos aplicadas as melhorias, correcções aos atropelos clamorosos que existem, seja no licenciamento do produto acabado como matéria-prima que entra sem pagamento de imposições aduaneiras quando, quando o produto acabado, de acordo com a pauta aduaneira, deveria pagar ou deve pagar 50% do seu custo para proteger a produção nacional. Esperamos assistir, no mais curto espaço, à regularização destas graves insuficiências por parte do Ministério da Indústria e Comércio.

É um lobby organizado? Acredita tratar-se de uma situação difícil de combater?

Difícil não. Tem é de haver coragem e nós, como angolanos, ficamos apreensivos por se verificar que determinadas incorrecções levam tempo a ser corrigidas, entrando em total contradição com um dos grandes lemas da governação que é a transparên-

PERFIL

Luís Gomes dos Santos, 65 anos. Nasceu na ex-Vila Teixeira de Sousa, hoje Luau, Moxico. Cresceu no Lobito. Seguiu para Luanda para dar continuidade aos estudos, tendo ingressado no Instituto de Contabilidade. Licenciou-se em Gestão pela Universidade Agostinho Neto. Trabalhou no Estado colonial, no Fundo de Comercialização de Angola que fazia da então Secretaria de Estado da Economia. Trabalhou no gabinete de promoção de exportações. Depois da independência trabalhou no primeiro gabinete de abastecimento de Angola e no Ministério do Comércio Interno. Esteve na primeira direcção da Empresa Nacional Distribuidora de Bens Alimentares, Endimba. Depois foi para o órgão central do Ministério, onde desempenhou várias funções, entre as quais, director do comércio retalhista, responsável executivo da comercialização no campo, director do gabinete do plano e director nacional do comércio. Saiu do Estado em 1991. A partir de 1992, apostou no privado, trabalhando desde então por conta próprio, sendo sócio-gerente da Huilux.

cia, boa governação e intolerância contra medidas e comportamentos lesivos aos interesses da maioria. Talvez as nossas preocupações não tenham sido devidamente atendidas. Tendo passado a haver um novo titular do departamento da indústria e do comércio, esperamos que, com bastante urgência, esta concorrência absolutamente desleal seja corrigida e que se faça uma inventariação de quanto estas operações causaram de perdas ao tesouro nacional por falta da cobrança correcta dos impostos.

A associação tem ideia de quanto?

Participámos indirectamente em algumas secções do Grupo Técnico Económico (GTE) e, entre as acções que foram apresentadas, se enquadra o fornecimento de informação estatística por parte do Ministério da Indústria e Comércio. Será possível obter através do GTE estatísticas de quanto tem vindo a ser importado e quais os operadores destas importações que, usando posições impróprias, praticam o embalamento de produto acabado que trazem para Angola como matéria-prima em desastrosa concorrência ilegal com aqueles que efectivamente a transformam.

Mostrou-se favorável à decisão de não se vender divisas para a importação de determinados produtos. Está medida não estaria a criar condições para sustentar o mercado informal de divisas?

Acho que não, porque os bancos são livres de vender divisas e o empresário pode negociar com o banco. O banco só tem de direccionar as divisas que compra em leilão no banco central para importações pré-seleccionadas, mas também tem uma quota

de livre comercialização, além de os bancos também terem passado a poder novamente comprar divisas de outras fontes.

A Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) publicou o guia da concorrência, em que deixa a entender que as associações funcionam, muitas vezes, como cartel, praticando actos anti-competitivos como combinar preços...

Não li, nem nunca ouvi falar. Se tivesse lido de certeza que iríamos reagir. No caso da nossa associação, não interferimos na estrutura de preços dos associados, nunca o fizemos porque não é necessário. Os preços ainda são legislados. A associação não se imiscui nisso. Se fossem produtos completamente livres, poderíamos eventualmente fazer concertações.

Qual é a capacidade de produção dos industriais da associação?

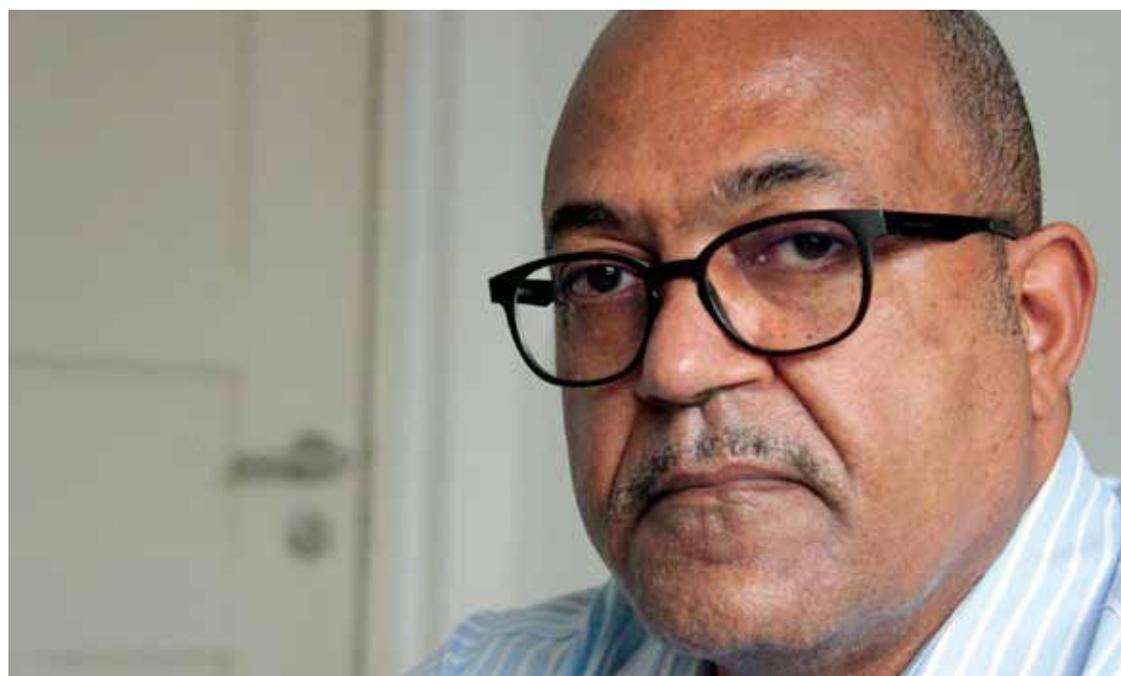
Dos 14 membros, 13 estão em Luanda e infelizmente só um em Benguela. Temos por fábrica em quilolitros para os produtos líquidos; em toneladas para os produtos sólidos ou granulados, e em unidades o que está a ser fabricado por cada um dos membros.

Tem noção da necessidade do mercado?

Não temos informação do consumo da nossa população. O que é que os supostos 30 milhões de angolanos consomem? Não sabemos. O que o angolano deve consumir de fuba de milho, de fuba de bombó ou de sabão comum por mês, para facilmente se calcular por ano, não está observado em parte nenhuma. Cada um faz as extrapolações com base em indicadores das Nações Unidas, do Banco Mundial, da primeira República de Angola. São aproximações que se fazem. Não há forma oficial de ter uma informação de quanto é que o angolano deveria consumir nem que fosse tão só para os produtos da cesta básica. Há algum empirismo no tratamento de matéria tão importante para a governação e para o planeamento do abastecimento

Com que bases a associação garante produção suficiente para atender o mercado? Não teme que uma medida como a que defende possa criar pressão?

Não. A associação reitera que os seus associados já produzem o bastante para satisfazer o consumo no país através das tais extrapolações. Por



Mário Nijeres © VE

Entrevista

Continuação da página 5

exemplo, no detergente em pó, temos a primeira e única fábrica a produzir quatro mil toneladas por mês. Uma não filiada está a produzir mil toneladas por mês. Já são cinco mil. Está a ser montada outra que vai produzir onze mil toneladas/mês. Onde é que se vai pôr 24 mil toneladas de detergente em pó? Quem é que consome detergente em pó em Angola? É um produto de consumo urbano. Onde está a população urbana em Angola? Está concentrada, em 90%, em Luanda. Pode perguntar por que é que este investidor veio fazer tanto produto para Angola. São ponderações a fazer, deve estar a ver a proximidade do comércio aberto na nossa zona. A ver a facilidade que vem sendo colocar os produtos na República do Congo sem controlo.

Já há membros da associação a exportar?

A exportar oficialmente, não. A exportar oficiosamente, através dos pontos de comércio fronteiriço como o Luvo e o Luau, sim.

Há quem defenda um maior investimento por parte do Governo nos mercados fronteiriços...

Os mercados fronteiriços são pontos importantes para a prática do comércio entre países vizinhos. Há décadas que isso é prática natural das populações. Isso está consagrado nas linhas de governação. Passa por algum investimento que aguarda pelo melhor momento, aventando-se a possibilidade de parcerias públicas ou privadas. É um assunto importante que deve estar nas prioridades das agendas de alguns departamentos do Estado, convidando também os representantes da actividade empresarial privada.

Apesar do discurso de combate à corrupção, no dia-a-dia sente que o caminho ainda é longo?

Sente-se perfeitamente no dia-a-dia. Sentimos uma perda de qualidade no funcionamento de alguns departamentos, em recursos humanos e informáticos e em capacidade de resposta. Há cada vez mais degradação da capacidade e eficiência na resposta de alguns departamentos àquilo que são as necessidades do empresário.

Como enquadra o discurso de combate à corrupção?

Este discurso só é alicerçado por diplomas, mas não basta. Tem de

ser tornado prático. Há falta de capacidade e de competência dos interlocutores e há muitos vícios ainda instalados. O fenómeno que passou a ser vulgarmente denominado, entre nós, de 'gasosa' ainda está muito patente.

Encontra alguma razão para esta perda de qualidade?

A principal explicação é a falta de autoridade.

De quem?

De quem de direito. Os departamentos têm líderes; os institutos têm líderes, as direcções, têm líderes. Por aí em diante. Falta de autoridade na cadeia.

Ainda não existem resultados da aposta na luta contra a corrupção?

É muito frouxo para aquilo que era expectável. Muito contemplativo.

Mas não será o resultado normal considerando que são apenas três anos de luta contra a corrupção e tendo em conta o nível de corrupção existente?

Estou de acordo, mas há coisas que, na vida profissional, não se compadecem com o adiar de tomadas de decisão. Se a pauta aduaneira diz que o produto acabado tem de observar estas e aquelas imposições, essas e aquelas obrigações fiscais, se uma das fontes do tesouro nacional é a arrecadação de receitas como é que se facilita que determinadas importações sejam feitas ilegalmente sem que as obrigações fiscais sejam observadas? Não é preciso esperar da legislatura, não é preciso de mais anos para impedir que isso continue a acontecer.

Quais são as suas expectativas com o Prodesi?

São boas. É um programa bem-vindo só que encontra também dificuldades na materialização particularmente nas respostas da banca aos créditos que são um imperativo em qualquer economia. Falar de crédito à economia é quase um tabu porque sabemos que os bancos conseguiram ser superavitários usando outros produtos que não a concessão do crédito.

A banca responde que não concede mais crédito por incapacidade de se apresentar projectos sustentáveis. Concorda?

Não concordo, porque os bancos abraçaram o repto. A estes bancos, foi solicitado que organizassem departamentos especializados para acompanharem e darem respostas a este desiderato que é a necessidade



Mário Injijas © VE

Determinadas incorreções levam tempo a ser corrigidas, entrando em total contradição com um dos grandes lemas da governação que é a transparência.

de concessão de crédito à economia. Esse chamamento passa pela necessidade de concessão interna daquilo que podemos chamar de o perfil e as condições para se ser candidato a crédito. A pessoa interessada é informada e recebe a matriz com todos os pormenores que deverá reunir para apresentar ao banco. O candidato a crédito ou trata disso na empresa ou recorre à consultoria. Foi posto à disposição pelo executivo o Inapem que está a ser reestruturado para asses-

sorar os processos de candidatura a crédito. O primeiro a ser chamado na preparação e informação de como é que o interessado deve reunir os pressupostos para se candidatar ao crédito é o próprio banco.

Os bancos também se queixam da falta de garantias...

Foi uma dificuldade. As garantias podem ser reais do candidato ao crédito, que são quase que nenhuma face à realidade concreta do nosso país, mas, felizmente, o executivo conseguiu capitalizar o fundo de garantias de crédito que está aberto a toda a demanda que existir. Não conheço situações em que a garantia de crédito não tivesse sido accionada desde que os processos fossem organizados.

A pandemia covid-19 está a ser boa para os negócios da vossa indústria?

Esta maldita pandemia provoca que o cidadão acautele mais e melhor os cuidados higiénicos ou sanitários pessoais, da casa, do local de trabalho o que levou a que o consumo tivesse subido. Também alguns produtos de baixo consumo, como desinfectantes, entre eles o álcool gel, passaram

a ser muito procurados. Este desinfectante era produzido no máximo em três unidades industriais, hoje já é produzido em cerca de seis.

Como olha para o futuro da vossa indústria?

Poderá ser promissor se houver a aplicação das normas que estão instituídas.

E para o futuro da economia, considerando os indicadores como inflação, sistema cambial, preço do petróleo?

Sou esperançoso. Já tivemos outros momentos não bons nestes quase 45 anos de independência. Este tem vindo a ser o mais prolongado por razões óbvias e não dependentes só de Angola. Temos de perseguir o propósito que é de fazermos mais nós mesmos o que nunca foi feito em 45 anos. Temos de fazer aquilo que sempre fomos buscar ao estrangeiro. Fazer mais e mais porque temos condições de ter peixe suficiente e a bom preço a todas as mesas e nas 18 províncias. Podemos ter hortofrutícolas em todas as mesas nas 18 províncias. Se assim for feito com rigor, muita disciplina, muito acompanhamento e controlo sairemos do estado preocupante em que nos encontramos.

Parece ser irreversível o caminho para a implementação da zona do comércio livre da Sadc e de África no geral. A vossa indústria está preparada?

O primeiro passo deve ser dado pelo do Governo, através do Instituto Nacional de Normalização e da Agência Nacional da Acreditação, porque está muito atrasado na criação dos pressupostos para serem instituídas as normas de qualidade e evitar que cada um a bel-prazer faça a tampa, a água, o sabão. Temos de criar condições para que isso fomenta a qualidade e seja controlada. Só assim poderemos fazer frente à abertura que se avizinha do comércio da nossa região porque os outros já trabalham dentro destes parâmetros.

Também falta laboratórios para avaliação da qualidade dos produtos que entram e saem do país. Concorda?

Laboratórios e qualidade são imperativos. Os existentes são insuficientes e mais investimentos impõem-se, seja por parte do Governo, seja por parte do privado, seja por parte das associações económicas. É um dos nossos propósitos. Está dentro do nosso plano de trabalho, criar condições para fazermos um laboratório.

AGORA PODES SER

MAIS LIVRE

PLANO

10.000KZ

750MIN/SMS+NET 8GB

PARA ACTIVAR MARCA

***145*10000#**

TECLA CHAMAR

www.unitel.ao

 **UNITEL**

Economia/Política

CRISE FORÇOU CORTES NA PRODUÇÃO E DESPEDIMENTOS

Materiais de construção dispararam nos mercados formal e paralelo

PRODUÇÃO NACIONAL. Deficientes infra-estruturas de distribuição de energia e água, mau estado das estradas, burocracia excessiva no acesso às divisas e escassez de recursos humanos especializados pesam na fixação do preço final.

Por Guilherme Francisco

Os preços dos materiais de construção dispararam significativamente desde o início da pandemia, chegando a atingir, em alguns casos, a fasquia dos 150%, verificou o VALOR em estabelecimentos comerciais e mercados informais de Luanda.

Dos anteriores 200 mil kwanzas necessários para uma tonelada de ferro, por exemplo, quem for a uma loja nos dias que correm deve desembolsar um mínimo de 300 mil kwanzas, num aumento médio de 50%. Mais elevada é a mexida no informal, em que um conjunto de varão de 10 metros passou a custar 50 mil kwanzas, ao contrário dos 20 mil anteriores à pandemia. Ou o conjunto de 12 metros que passou de 30 mil para 70 mil. Se, no segundo caso o aumento foi de 134%, no primeiro atingiu os 150%.

A alteração dos preços é justificada, sobretudo, com a forçada quebra da produção, o que levou também a despedimentos de mão-de-obra, face ao agravamento da crise económica. A Fabrimetal, por exemplo, reduziu a produção de 12 mil para oito mil toneladas por mês, em Fevereiro. Mas, em Maio, voltou a cortar para 6,5 mil toneladas/mês.



Luís Diogo, director-geral da empresa, explica que a maior dificuldade se prende com a escassez de matéria-prima (sucatas), visto que boa parte é proveniente de outras províncias. E, com as limitações impostas pela cerca sanitária, os forne-

cedores ficaram impossibilitados de acederem a Luanda, além das dificuldades do exterior que garante 60% da produção.

Referindo-se ao quadro geral do sector, José Manguera, presidente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção

50

Porcento, taxa média de aumento do preço da tonelada de ferro

de Angola (AIMCA), explica que muitas fábricas fecharam, outras conseguiram aguentar-se, mas “estão mais frágeis do que já estavam. “Desde o início de Maio, quando a construção civil voltou a trabalhar, naturalmente nota-se uma melhoria. Contudo, esta melhoria não é ainda suficiente para permitir que as indústrias se aguentem ou possam investir”, observa.

Entre as dificuldades que justificam também a alta de preços, Manguera aponta algumas já consideradas habituais, como as deficientes infra-estruturas de distribuição de energia e água, o mau estado das estradas, a burocracia excessiva, com realce ao acesso às divisas para a importação de matéria-prima, pagamento de trabalhadores estrangeiros e para assistência técnica especializada. “A subida dos preços não reflecte, ainda assim, a desvalorização da moeda nacional e a taxa de inflação (20,90%) é inferior à da desvalorização cambial”, confere, reparando que “os preços dos materiais de construção vão estabilizar quando,

num primeiro momento, houver uma travagem da desvalorização cambial e, num segundo momento, quando a dimensão do mercado e a concorrência aumentarem”.

Para o industrial, é “errado” o argumento de que os materiais de construção fabricados no país são muito caros. “É muitas vezes errado, sobretudo desde finais de 2019 com a acertada actualização da Pauta Aduaneira. E, mesmo que fosse verdadeiro - e às vezes até pode sê-lo -, a única forma de baixar o preço do que se produz no país é através de concorrência”, sublinha, lamentando o facto de muitos empreiteiros “desconhecerem o mercado nacional e optarem por importar materiais de construção com o fito de transferirem lucros em divisas”.

EXPORTAÇÃO DEPENDE DO EXECUTIVO

José Manguera acredita na possibilidade de exportar os produtos para os países vizinhos desde que os preços estejam ajustados ao mercado internacional. Para o efeito, defende que o Executivo deve tomar “medidas importantes e urgentes” que facilitem o processo, como é o caso do aumento da capacidade de transporte ferroviário, rodoviário e marítimo para os países da região. “Só assim se poderá fazer frente ao comércio fronteiriço informal e fechar acordos com os países limítrofes que defendam os interesses dos produtores nacionais”, explica.

A ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA (AGT) colocou à venda, em leilão público, um total de 289 lotes de mercadorias diversos, estimando arrecadar 166,9 milhões de Kwanzas. Tratou-se do segundo leilão online depois do realizado em Julho onde foram arrecadados 71 milhões de kwanzas, dos 29 milhões previstos.



Consultora estima endividamento de Angola acima de 100% durante a década

CONTAS PÚBLICAS

Fitch Solutions contraria optimismo do Governo

CONSOLIDAÇÃO FISCAL. Agência financeira estima que dívida pública se mantenha acima dos 100% ao longo dos próximos 10 anos. Excedente fiscal deve evoluir também negativamente, atingindo défice de 4,8% em 2020/2021.

Por Redacção

Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado para a Coordenação Económica, afirmou, em Luanda, existem “condições objetivas que vão levar ao equilíbrio, a médio prazo, das contas públicas do país”. Defendendo mesmo que “há razões para se levar a cabo, com sucesso, a missão complexa e histórica, para alterar em termos definitivos a actual estrutura económica de Angola”.

Mas o optimismo de Manuel Nunes, avançado numa conferência de imprensa da equipa económica, é contrariado pela consultora Fitch Solutions, que estima o endividamento de Angola acima dos 100% durante toda a próxima década, ficando, este ano, nos 118,2% do PIB, com uma recessão de 4%. “Vemos a dívida pública de Angola a subir para 118,2% do Produto Interno Bruto este ano e a manter-se acima

dos 100% durante o nosso período de 10 anos de previsão”, ilustra o relatório sobre as principais economias da África Austral.

Documento enviado aos investidores desta consultora detida pelos mesmos donos da agência de notação financeira Fitch Ratings indica ainda que “o volume de dívida pública deverá subir de 100,7% do PIB em 2019 para 118,2% este ano, significativamente acima da média de 62,7% da África subsariana”.

A análise da Fitch Solutions, enviada no mesmo dia em que a ministra das Finanças, Veda Daves, estimou que o valor chegue aos 123%, este ano, e alerta ainda que “quase 70% da dívida é detida em dólares, o que torna o país particularmente vulnerável a choques cambiais”.

Para além de uma dívida pública acima dos 100%, que deverá ser de 115% em 2021 e 116% em 2022, os analistas da Fitch estimam que o excedente orçamental dos últimos anos evolua negativamente para um défice das contas públicas. Estimamos que o saldo do orçamento vá mudar de um excedente de 0,8%

do PIB, no ano fiscal 2019/2020 (de Abril a Março), para um défice de 4,8%, em 2020/2021”, alertam, admitindo que é uma melhoria face à estimativa inicial de um défice de 6,1%.

A previsão sugere que a perspectiva orçamental de curto prazo “se deteriorou significativamente devido à pandemia da covid-19, com as receitas a caírem e as despesas a aumentarem devido aos estímulos orçamentais aprovados pelo Governo”, apontam os analistas.

No ano seguinte, o défice vai reduzir-se para 2,6%, sustentado num aumento cíclico das receitas e nos prováveis cortes nas despesas de investimento e capital que deverão fazer parte do ajustamento orçamental. “A pandemia da covid-19 enfraqueceu substancialmente a perspectiva de evolução orçamental de curto prazo, perturbando os esforços de consolidação do Governo”, afirma-se no documento, que estima que as receitas petrolíferas, a principal fonte de rendimento do Governo, caiam mais de 30% este ano.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Mercados & Negócios



MONOPÓLIO NA LOGÍSTICA DO PETRÓLEO

Sonils terá engordado bolsos de ‘accionistas fantasmas’ com preços sobrefacturados

EXCLUSIVO. Documentos na posse do VALOR revelam redução significativa dos preços na logística dos petróleos, a partir de 2017, e fontes do sector garantem que o monopólio da Sonils, tal como o das AAA, terá precipitado sobrefacturação. Há também accionistas privados da Sonils que ganharam milhões sem nunca terem feito parte formalmente do capital.

Por César Silveira

A

também terá permitido a sobrefacturação e, consequentemente, a perda de milhões aos cofres do Estado.

semelhança do que aconteceu com o seguro e as AAA, o monopólio da logística no sector petrolífero, detido pela Sonils,

De acordo com consultas do VALOR, pela Sonils passou mais de 76% da actividade logística do petróleo como resultado da exclusividade da prestação de todos os serviços de que as empresas prestadoras de serviço à indústria petrolífera necessitam. E, segundo uma fonte do sector, a diferença dos preços da Sonils, que considera “aberrante e sobrefacturados” chegava a atingir 80%, face à média do mercado nacional.

Documentos na posse do VALOR revelam que, até 2016, o valor da renda cobrada pela Sonils, por metro quadrado, variava entre 60 e 120 dólares, conforme a duração contrato.

“Há uma companhia que, em 2010 ou 2011, terá arranjado um truque para armazenar os tubos no Lobito e a diferença foi abismal. No armazém do Lobito, pagava por metro quadrado o equivalente a 13% do valor cobrado pela Sonils”, estima fonte da Sonangol, acrescentando

23

Milhões de dólar, valor acumulado que duas empresas privadas receberam em dividendo mesmo sem fazerem parte da estrutura accionista da Sonils. E reclamam outros 55 milhões de dólares

Os interesses privados por detrás da Sonils

Criada em 1995, a Sonils foi desde então detida pela Sonangol (30%) e pela Orlean Invest Holding (OI OSC), com 70%, empresa controlada na altura supostamente por investidores franceses. Em 2011, a petrolífera nacional adquiriu, entretanto, por 297 milhões de dólares, a participação da OI OSC, passando a deter 100% da Sonils. Uma situação que, por si só, representaria a redução do impacto do monopólio das contas do Estado.

No entanto, duas empresas privadas, a Socalop e a Capital Port, SA, com ligações a Desidério Costa e Albina Assis, apesar de nunca terem feito parte da estrutura accionista formalmente, receberam, entre 2004 e 2011, um total 23 milhões de dólares em dividendos, depositados em contas bancárias em Lugano, na Suíça. E até 2016 reclamaram dividendos vencidos da Sonils, num total de 55,2 milhões de dólares, correspondentes ao período entre 2012 e 2014.

Documentos na posse do VALOR provam que estas duas empresas tinham sido as escolhidas, ainda em 2002, para entrar na estrutura da subsidiária da Sonangol num processo de angolanização da Sonils, assim que se efectivasse a saída da Orlean Invest Holding. Em Novembro de 2011, por exemplo, ano em que a OI OSC saiu da estrutura, “a Sonangol Holdings reconhece expressamente a existência do compromisso assumido em 2002 de transmissão (formal) de parte do capital social da Sonils a favor dos novos sócios (angolanos) já há muito identificados”.

No entanto, o compromisso não chegou a ser concretizado. Mas, em 2016, ainda na liderança de Francisco de Lemos, a decisão sobre a entrada formal da Socalop e da Capital Port no capital da Sonils acabaria tomada. Só que o processo não avançou por desinteligências sobre o valor a ser pago, já com Isabel dos Santos à frente da petrolífera. “Os sócios privados propõem formalizar a aquisição das suas participações pelo valor de 13 milhões de dólares, mas o valor é negado pela Sonangol. Foi contra-proposto um carry-pay-back com os dividendos passados e futuros (o que levaria quatro a cinco anos a regularizar), proposta que não foi aceite pelos sócios”, lê-se num dos documentos da Sonangol. No mesmo ano, foi “feita uma nova proposta aos sócios privados para que abrissem mão do património na sociedade e/ou reduzam a sua participação no capital social, o que não foi aceite”. E assim o dossier nunca avançou.

Em Março de 2017, houve uma nova tentativa. Em carta à Sonangol, Lima Viegas, Desidério Costa, Luís Bagorro Júnior e Albina Assis Africano, na qualidade de sócios das sociedades Socalop e da Capital Port, solicitaram a formalização da entrada daquelas sociedades no capital da Sonils, o que foi recusado.



Sonangol		SITUAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS			11
ANO	RECEBIDO (USD MIL)	RECEBIDA POR SÓCIOS PRIVADOS (USD MIL)	RECEBIDA POR SÓCIOS PÚBLICOS (USD MIL)	CAPITAL PORT (USD MIL)	CAPITAL PORT (%)
2004	USD 2.800.000			USD 840.000	0
2005	USD 3.150.000			USD 945.000	0
2006	USD 4.200.000			USD 1.260.000	0
2007	USD 6.300.000			USD 1.890.000	0
2008	USD 8.820.000			USD 2.646.000	0
2009	USD 5.600.000			USD 1.680.000	0
2010	USD 9.800.000	USD 4.200.000	PAGO	USD 4.200.000	USD 1.4 0.000
2011	USD 11.200.000	USD 4.800.000	PAGO	USD 4.800.000	USD 1.600.000
2012	USD 21.000.000	USD 9.000.000	STAND-BY	USD 9.000.000	USD 3.000.000
2013	USD 23.100.000	USD 9.900.000	STAND-BY	USD 9.900.000	USD 3.300.000
2014	USD 31.500.000	USD 13.500.000	STAND-BY	USD 13.500.000	USD 4.500.000
TOTAL	USD 127.470.000	USD 41.400.000		USD 96.661.000	USD 13.800.000

Sonangol		SITUAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS			12
ANO	RECEBIDO (USD MIL)	RECEBIDA POR SÓCIOS PRIVADOS (USD MIL)	RECEBIDA POR SÓCIOS PÚBLICOS (USD MIL)	CAPITAL PORT (USD MIL)	CAPITAL PORT (%)
2016					

- Os sócios privados propõem formalizar a aquisição das suas participações pelo valor de USD 13 M, mas o valor é negado pela Sonangol. Foi contra-proposto um carry pay back com os dividendos passados e futuros (o que levaria 4 a 5 anos a regularizar), proposta que não foi aceite pelos sócios.
- Existe uma provisão nas contas (USD 32.4 MM para a Socalop e USD 10.8 MM para a CAPITAL PORT) para cobrir os dividendos não distribuídos (2012 a 2015).
- Maio**
 - Foi feita uma nova proposta aos sócios privados para que abrissem mão do património na sociedade e/ou reduzam a sua participação no capital social, o que não foi aceite.
 - Em Maio de 2016 o CA da Sonangol E.P. elaborou uma deliberação em que previa a cessão das quotas prometidas à Socalop (30%) e à CAPITAL PORT (10%) bem como a cessão da quota remanescente da Orlean Invest OSC à própria Sonangol Holdings.
 - A final, a estrutura societária da SONILS passaria a ser a seguinte: Sonangol Holdings com 60%, Socalop LDA com 30% e CAPITALPORT LDA com 10%.
 - Contudo os instrumentos jurídicos para a execução da deliberação nunca foram executados.
 - Deliberação do CA da Sonangol E.P. de 26/05/2016 sobre a preparação de deliberação para a alienação a privados da participação de 40% (cremos que será 30%) na SONILS.

Sonangol		SITUAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS			12
	2004-2014	2010-2014			
SONANGOL E.P. 30%	USD 54.630.000	USD 41.400.000			
SONANGOL HOLDINGS LDA 30%	USD 41.400.000	USD 41.400.000			
SOCALOP LDA 30%	USD 50.661.000	USD 41.400.000			
CAPITAL PORT, S.A. 10%	USD 13.800.000	USD 13.800.000			

Albina Assis e Desidério Costa receberam dividendos sem serem accionistas

que “esta empresa, entretanto, teve problemas”. “A Sonangol não reconheceu o custo que esta companhia teve com o contrato do Lobito e, como tal, não seria englobado nas contas do uplift. Ou seja, não lhe seria reembolsado.”

As companhias petrolíferas são acusadas de não se preocuparem com a sobrefacturação nos preços dos serviços, já que recuperam sempre todo o investimento por via do uplift, ou seja, a taxa a que têm direito pelo investimento

no desenvolvimento e produção do petróleo. “Recebem 50% do investimento pelo que, quanto mais alto for o investimento declarado, maior será o valor a receber, por isso não estão preocupados com o que gastam”, explica outro quadro da Sonangol.

Em 2017, no âmbito da estratégia de redução do custo da produção petrolífera, a Sonangol definiu um novo tarifário, fixando o preço médio por metro quadrado a 52,9 dólares, menos

56% face ao tarifário máximo anterior. “O novo tarifário apresenta um preço único por metro quadrado para contratos com a duração de 1,3 ou cinco anos, enquanto, no anterior tarifário, o preço variava entre 60 e 120 dólares, de acordo com a duração do contrato”, lê-se num dos documentos que VALOR teve acesso. Os proveitos relacionados com o aluguer de área e edificação representam cerca de 36% das receitas da Sonils.

IGREJA GARANTE TER SIDO “SURPREENDIDA”

MP ordena encerramento de todos os templos da IURD em Angola

APREENSÃO. Igreja Universal do Reino de Deus alega que a polícia agiu “de forma truculenta e excessiva, cerceando membros fiéis durante o culto”, sem qualquer impedimento legal. Fonte policial avisa que todos os templos apreendidos serão encerrados e, enquanto decorre o processo, Iurd não pode realizar cultos. Em breve, partes serão notificadas para esclarecimentos.



Segundo a Iurd, alguns bispos e pastores foram levados para uma esquadra policial sem que se soubesse “o real motivo de tal acto”.

Patriota, Benfica, Cazenga e Viana), no âmbito de um processo-crime por alegadas práticas dos crimes de associação criminosa, fraude fiscal e exportação ilícita de capitais.

No mesmo comunicado, a Iurd destaca que alguns bispos e pastores foram levados para uma esquadra policial sem que se soubesse “o real motivo de tal acto”, tendo sido libertados depois de prestarem declarações.

De acordo com a Igreja Universal, os agentes apenas terão informado “que havia uma ‘orientação’ de que os templos da Iurd não deveriam estar abertos” e, por isso, estariam “em desobediência”.

Depois de um grupo de dissidentes se afastar da direcção brasileira, em Novembro do ano passado, a IURD tem estado envolvida em várias polémicas em Angola.

As tensões agudizaram-se em Junho com a tomada de templos pela ala reformista, entretanto constituída numa Comissão de Reforma de Pastores Angolanos, com troca de acusações mútuas relativas à prática de actos ilícitos.

Os angolanos, liderados pelo bispo Valente Bezerra, afirmam que a decisão de romper com a representação brasileira em Angola encabeçada pelo bispo Honorilton Gonçalves se deveu alegadamente a práticas contrárias à religião, como a exigência da prática da vasectomia, castração química, práticas de racismo, discriminação social, abuso de autoridade, além da evasão de divisas para o exterior do país.

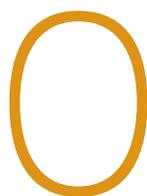
As alegações são negadas pela Iurd Angola que, por seu turno, acusa os dissidentes de “ataques xenófobos” e agressões a pastores e intentou também processos judiciais contra os dissidentes.

A IURD Angola acusou anteriormente as autoridades judiciais angolanas de terem feito apreensões ilegais e atentarem contra a liberdade religiosa.

Neste momento correm os trâmites nos tribunais vários processos judiciais relacionados com a Iurd Angola.

O conflito deu origem à abertura de processos-crime na PGR e subiu à esfera diplomática, com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, a pedir ao homólogo João Lourenço garantias de protecção dos pastores brasileiros e do património da Igreja, tendo o chefe de Estado angolano prometido um “tratamento adequado” do assunto na justiça.

Por Redacção



Ministério Público ordenou o encerramento e a apreensão de todos os templos da Igreja Universal do

Reino de Deus (Iurd) em Angola, numa altura em que decorre, de forma gradual, o processo de selagem, avançou à Lusa uma fonte policial, que acrescentou que, só em Luanda, são 211 templos.

De acordo com a agência noticiosa, a Iurd em Angola declarou-se este domingo “surpresa” com a ordem de encerramento de quatro dos templos durante o culto e adiantou que nenhum deles estava no lote dos sete edifícios apreendidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em Agosto e classificou a operação policial como “desproporcionada e excessiva”.

“Todos os templos estão apreendidos e serão encerrados”, reitera uma fonte policial, acrescenta que, por conseguinte, enquanto decorre o processo, não podem realizar cultos e, “para que não se criem mais

dúvidas a respeito, as partes serão notificadas nos próximos dias, para aclarar a situação”.

Este foi o primeiro fim-de-semana em que os cultos religiosos foram retomados em Luanda desde Março, altura em que foi declarado o estado de emergência em Angola devido à pandemia da covid-19.

Num comunicado, a Iurd disse ter sido “surpreendida” com a chegada da polícia aos templos do Kilamba, Estalagem, Km 30 e da Samba, tendo sido decretado o encerramento dos mesmos, apesar de os agentes não estarem “muni-

dos de qualquer mandato ou documentação de suporte”.

A Igreja Universal alegou que a polícia agiu “de forma truculenta e excessiva, cerceando os membros e fiéis que, na ocasião, estavam a exercer o direito de liberdade de culto” e sublinha que não havia qualquer impedimento legal ou mandato judicial que impedisse o culto naqueles templos, “pois os mesmos não foram arrestados ou lacrados pela Procuradoria-Geral da República”.

Em Agosto, a PGR apreendeu sete templos da Iurd em Luanda (Alvalade, Maculusso, Morro Bento,

Paraísos fiscais

Tão criticados, mas não se acaba com eles

O tema da opacidade dos paraísos fiscais também conhecidos como offshores, volta e meia suscita investigações e é usado como arma de arremesso ou de ameaça de revelações. Recentemente os Panamá Papers prometiam revelar os donos dos dinheiros em offshores e nos últimos dias ouvimos falar de angolanos com dinheiros em paraísos fiscais. Só de multinacionais fala-se de 420 mil milhões de USD.

Um estudo da União Europeia sobre os paraísos fiscais e que produz listas negras que levam a sanções e pressões tem registados 30 países no que explica ser uma tendência desde os anos 30 e substancialmente intensificada com a era da digitalização global. Um outro ranking produz a lista dos 15 paraísos fiscais mais concorridos com base numa métrica de rácio entre a quantidade de dinheiro que entra num país face à estimativa de quanto deveria entrar com base no tamanho da economia desse país, a unidade é chamada “sink” (afogar). O ranking começa nas ilhas Seychelles em 15º, passam por Chipre, pelo Luxemburgo, cujo sector financeiro representa 35% do PIB, por Malta que cobra aos negócios locais 35% em impostos mas apenas 5% às empresas estrangeiras, pelas Maurícias que têm registadas mais de 32 mil entidades offshore e pelas Ilhas Virgens Britânicas, que lideram, com apenas 36 mil habitantes e com o registo de mais de cinco mil vezes o que a sua economia devia deter de acordo com o PIB.



As offshores e paraísos por mais contestadas que sejam, estão aí para ficar e continuar a ser onde o dinheiro mundial quer estar.

Pelas offshores passam biliões de dólares todos os anos e milionários de todos os escalões bem como multinacionais mais ou menos visíveis, canalizam dinheiros para esses paraísos. Os paraísos fiscais são áreas cinzentas, mas assumidas do mundo financeiro global. Só em esquemas de multinacionais para evitar pagamento de impostos estima-se que 420 mil milhões de USD em lucros anuais vão parar a offshores saídos de 79

países em estudo. Esta fuga traduz-se em perdas de impostos de cerca de 125 mil milhões de dólares todos os anos nesses países.

Dada a natureza da fuga aos impostos é naturalmente difícil identificar os mecanismos usados, e que fazem frequentemente recurso a empresas de fachada com informação de compliance duvidosa. No entanto um estudo patrocinado pelas Nações Unidas identificou três canais principais através dos quais as multinacionais evitam o pagamento de impostos nos países onde actuam que utilizam as relações entre empresas com sedes diferentes, mas pertencentes à mesma holding. Normalmente a sediada no paraíso fiscal, através de declara-

ções de empréstimo às subsidiárias as permite ter menos lucros onde estas operam e assim pagar menos impostos e fazer fugir os lucros na forma de pagamentos desses empréstimos. Outro canal cobra pagamentos por intangíveis como serviços facturados pela empresa sediada no país de actuação à que está no paraíso ou ainda através da venda de produtos subfacturados que novamente baixa artificialmente os lucros permitindo a evasão fiscal.

O segredo das offshore que competem entre si por um pool de clientes vasto que procuram anonimidade e naturalmente pagar menos impostos, reside muitas vezes no sigilo bancário que prometem e que só com alguma acti-

vidade também suspeita (como pirataria informática) é que muitas vezes consegue ser quebrado.

Para que não existissem paraísos fiscais e as suas consequências a nível de permissibilidade de lavagem de dinheiro e de fuga ao fisco era necessário um esforço conjunto internacional sem precedentes. E seria necessária uma harmonização global das cobranças de impostos de acordo com a actividade realizada no país em registo. A OCDE diz que representa um esforço de uma complexidade a nível de cooperação internacional que é irrealista.

As offshores e paraísos por mais contestadas que sejam, estão aí para ficar e continuar a ser onde o dinheiro mundial quer estar.

(In)formalizando



Internautas angolanos recebem cada vez mais convites para investirem

OFERTAS 'MILIONÁRIAS' EM POUCOS MESES

Companhias 'caçam' empreendedores digitais em Angola

TECNOLOGIAS. Muitos internautas angolanos estão a ser incentivados por companhias internacionais a tornarem-se empreendedores. Em alguns casos, a recompensa começa dos 100 dólares e pode chegar aos 500 mil mensais.

Por Guilherme Francisco

Empreendedores digitais angolanos vão-se associando cada vez mais a diferentes plataformas online entre agências de turismo e renomas lojas internacionais, como IKEA, Pingo Doce, bp, Europcar, Kiko Milano.

Os agentes das plataformas, com forte presença na internet,

fazem leitura do perfil do candidato a empreendedor digital a convidar, apresentando questões relacionadas com a independência financeira, a exemplo de: "Como podes tornar-te rico nos teus tempos vagos?"

Na eventualidade de o candidato aceitar a proposta de se tornar empreendedor digital, paga pela entrada. Na plataforma norte-americana MWR Life, o valor de entrada é de 122 mil kwanzas, com acesso a cartão visa e site. Já na plataforma Cashback, também americana e com forte

presença na Europa, que conta com parcerias de marcas desportivas, como a Moto GP, o AC Milan e o Inter de Milão, a jóia de entrada é de 100 dólares. No caso de o candidato não possuir cartão de pagamento internacional, sugerem que o mesmo peça a um familiar, amigo ou algum conhecido que tenha para fazer o pagamento. E todas as plataformas asseguram aos novos candidatos formação constante em marketing digital e educação financeira.

O trabalho dos empreendedores digitais consiste basicamente

em colocar mais usuários de internet na plataforma. Quanto mais colocam, sobem de nível e mais recompensas ganham. Por exemplo, para uma plataforma de turismo, a cada três pessoas adicionadas o empreendedor ganha 3,3 dólares diários ou 100 dólares mensais. Ao acumular 125 pontos (representação do número de empreendedores adicionados), ganha 600 dólares mensais. O valor mais alto a ganhar é de 15 mil dólares diários, correspondente a 450 mil mensais, ao acumular 250 mil pontos.

Há, entretanto, outras plataformas em que os empreendedores ganham ou sobem de nível de acordo com o número de compra efectuada nas lojas associadas, onde são feitos altos descontos. A cada desconto, é transferida uma comissão ao empreendedor que esteve na base da inserção do comprador na plataforma.

Apesar de admitirem riscos, muitos angolanos estão a aderir a estas plataformas e lançam-se numa corrida frenética a fim de conseguir novos empreendedores ou clientes. Pela internet, procuram potenciais candidatos, marcam conversas online, enviam testemunhos e todo material possível que convença o candidato a aderir. Em outras ocasiões, adicionam os potenciais clientes em grupos de Whatsapp, onde vários angolanos que afirmam estar a construir riqueza contam experiências de sucesso.

Um empreendedor digital português, que procura por novos no mercado angolano, explicou que a sua plataforma, presente em pelo menos 49 países, está a negociar com cinco empresas angolanas no sentido de facilitarem as compras internamente, assegurando que o número de empreendedores está a subir em Angola.

Embora seja uma nova forma de empreender através do telefone ou computador, pela Europa, várias plataformas do género desenvolveram-se significativamente neste período de pandemia. Empreendedores experientes alertam, entretanto, para cuidados por razões de confiança. "Algumas funcionam como esquema Ponzi, do tipo pirâmide, em que os membros podem recrutar novos participantes para ganhar comissões, mas, quanto mais tarde se entra, mais possibilidades de perder dinheiro", explica um empreendedor digital.

5

Número de empresas angolanas em negociação com um empreendedor digital português

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



RISCO REPUTACIONAL



Mas afinal, sabemos ou não qual o risco reputacional que enfrentamos com terceiros?



Susana Lencastre,
Senior Manager
EY, Forensics &
Integrity Services

Os debates actuais sobre o conhecimento dos terceiros com quem se relacionam as organizações tornam-se de suma importância quando se identificam cada vez mais riscos directamente ligados a partes relacionadas.

Parece simples saber quem é e quem não é parte relacionada, mas até que ponto é que se sabe verdadeiramente quem são e quais os beneficiários últimos (UBOs)?

Sabemos que uma transacção de fusão e aquisição contempla riscos próprios, relacionados com possíveis contingências futuras e/ou problemas reputacionais, mas, numa sociedade cada vez mais conectada, é importante olhar também para as suas relações e interações. Nesse sentido, consideramos indispensável:

- perceber quem são os terceiros relevantes (parceiros, clientes, fornecedores, financiadores, partes relacionadas, etc.);
- que contratos foram firmados, e se as condições contratuais estão alinhadas com as melhores práticas de mercado;
- qual a natureza e finalidade das transacções, e se as mesmas têm um racional económico;
- quem é o beneficiário efectivo com quem se estabelece uma relação de negócios.

Torna-se assim essencial identificar extensivamente o mapa de relações de partes relacionadas devendo ser sujeitas a um escrutínio maior por parte da 1.ª, 2.ª e 3.ª linhas de defesa da organização para garantir a integridade e continuidade do negócio.

Posto isto, sabemos ou não qual o risco reputacional que enfrentamos quando nos relacionamos com terceiros? Realizamos ou não due diligence de integridade (IDD) que permitem um conhecimento aprofundado do parceiro, do cliente, do fornecedor ou da parte relacio-

nada? Esse escrutínio, quando de risco, é sujeito a aprovação pelas instâncias mais importantes de governança da organização para garantir a idoneidade e reputação da empresa, bem como das pessoas que a compõem? Sistematizamos e controlamos todo o pré-trabalho realizado para garantir um processo de decisão simples e transparente?

No mundo de hoje, as due diligence de integridade aprofundadas sobre terceiros, incluindo potenciais partes relacionadas além de boa prática, são essenciais. O acompanhamento por especialistas, no limite podem ser exteriorizadas, na realização das mesmas permite demonstrar a independência do processo bem como ter uma visão clara sobre quais as melhores práticas a aplicar a cada terceiro, contracto e transacção, considerando sempre o seu risco específico. A experiência na realização das mesmas permite decisões rápidas, sobre relações de negócio, transmitindo mensagens claras para os stakeholders, internos e externos, sobre o comprometimento da empresa com a transparência e integridade da sua cadeia de valor, a montante e a jusante da própria organização.

“O comércio é vital para o desenvolvimento de África e também para gerar empregos, de forma a absorver os 17 milhões de jovens que entram na força de trabalho todos os anos.”

Uma OMC a trabalhar para África



Hippolyte Fofack,
Economista-chefe
do African Export-
-Import Bank
(Afreximbank)



Pat Utomi,
Presidente
do Comité
Pan-Africano
de Comércio e
Investimento



A disputa para suceder a Roberto Azevedo no cargo de director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)

entrou numa nova etapa crucial, com a primeira ronda de votações. Três dos oito candidatos são africanos: a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, ex-ministra das Finanças da Nigéria; a queniana Amina Mohamed, ex-directora do Conselho Geral da OMC; e o egípcio Abdel-Hamid Mamdouh, ex-funcionário da OMC.

Os africanos alimentam a esperança de que um destes três candidatos, altamente competentes, sairá vitorioso quando for anunciado o vencedor em Novembro. Porém, quem eventualmente prevaleça - três dos oito candidatos serão eliminados depois da primeira ronda -, África precisa de exigir igualdade de tratamento por parte da OMC.

O comércio é vital para o desenvolvimento de África e também para gerar empregos, de forma a absorver os 17 milhões de jovens que entram na força de trabalho todos os anos. Contudo, durante muito tempo, as regras do comércio global têm deixado o continente apenas com as sobras.

Nestes 25 anos da OMC, desde que esta substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na maior parte do tempo, a organização fracassou no foco no desenvolvimento. Em vez disso, a OMC tem beneficiado, em grande parte, os seus principais arquitectos: países que já estavam

África é hoje um 'player' mundial maduro, com um sector privado pronto para conduzir o desenvolvimento e tomar o seu devido lugar ao lado das economias mais desenvolvidas. Tudo o que se pede é que a OMC remova barreiras artificiais e entraves desfavoráveis que impedem os africanos de libertar as suas energias criativas e produtivas.

industrializados ou que, de algum modo, estavam em posições fortes.

As regras globais de comércio não levaram em conta as circunstâncias do mundo em desenvolvimento. Apesar dos enormes volumes de comércio - e lucro - gerados pela globalização, a participação de África no comércio global desde 1970 vem a cair de 4,4% para os 2,7%. Isto deve-se, em parte, ao facto de que restri-

ções vinculativas do lado da oferta têm limitado, em grande parte, as exportações de África a recursos naturais e mercadorias primárias. Contudo, as regras comerciais injustas também vêm a enfraquecer o crescimento do comércio externo de África em sectores onde a região poderia beneficiar de uma vantagem comparativa.

Para começar, as barreiras persistentes de importação nas economias desenvolvidas - inclusive escalas de tarifas e padrões rigorosos para produtos finais - têm limitado a capacidade de ascensão de África nas cadeias de valor.

As regras em mutação são outro obstáculo à integração efectiva de África na economia global. Em particular, as economias desenvolvidas não permitem que países em desenvolvimento adoptem políticas industriais que eles próprios usaram para transformar as suas estruturas produtivas e diversificar as suas exportações. O economista Ha-Joon Chang, da Universidade de Cambridge, descreve este fenómeno como os países ricos que "chutam a própria escada que os colocaram no topo".

Porém, talvez a acusação mais séria contra o sistema da OMC esteja ligada aos subsídios agrícolas que os governos de países desenvolvidos oferecem, à custa de milhões de agricultores mais pobres de África. Estes subsídios não só deprimem os preços de alimentos no mundo, tornando difícil para os agricultores africanos competir, como também levam a um excesso de produção despejado nos mercados africanos,

o que acaba com a indústria local, ameaçando assim a segurança alimentar.

O regime comercial mundial actual é a causa do défice da balança de pagamentos e da dívida externa cada vez maior dos países africanos, além de ser o principal motivo da pobreza inter-geracional e das pressões migratórias. Encorajados pelo seu sector privado próspero, os africanos hoje pedem um comércio justo, não querem socorro.

Um número crescente de empreendedores e industriais africanos lidera a transformação económica do continente, auxiliado por instituições financeiras locais como o Banco Africano de Exportações e Importações (Afreximbank, em inglês). Por exemplo, Aliko Dangote, um dos industriais mais bem-sucedidos de África e um 'campeão do comércio' no Afreximbank, está a fazer a sua maior aposta até hoje com a construção de um complexo petroquímico de 15 mil milhões de dólares próximo de Lagos, na Nigéria, que deverá integrar uma das maiores refinarias de petróleo do mundo.

Os mercados africanos vão ser suficientemente grandes para apoiar uma industrialização em grande escala uma vez que a Área do Comércio Livre da África Continental - maior bloco comercial do mundo em número de países participantes - comece a vigorar a partir de Janeiro de 2021. Com uma mão-de-obra relativamente barata, África poderá tornar-se uma 'Meca' de investimentos e, com o tempo,

um exportador líquido de produtos e mercadorias industrializados.

O sector privado está muito ciente destas oportunidades. Mas, uma pesquisa encomendada pelo Comité de Comércio e Investimento do Sector Privado Panafricano, com mais de 200 CEO africanos - entre eles, líderes de empresas multimilionárias, 'startups' e outras empresas em rápida ascensão - revelou um consenso claro sobre a necessidade de reformar a OMC. Além disso, a maioria daqueles que relataram que o comércio é um importante factor de crescimento também destaca que as práticas comerciais injustas impõem graves restrições à expansão das suas empresas.

Apesar destes problemas, instituições de financiamento do desenvolvimento ajudam a movimentar a transformação económica de África. Por exemplo, o Gana e a Costa do Marfim produzem mais de metade do cacau do planeta, mas até recentemente respondiam por menos de 10% do mercado mundial de cacau processado. A Iniciativa do Cacau do Afreximbank permitiu aos dois países capturar uma parcela maior da cadeia de valor. Hoje, a Costa do Marfim, maior produtor de cacau do planeta, está efectivamente a disputar com a Holanda o topo de maior processador.

África é hoje um 'player' mundial maduro, com um sector privado pronto para conduzir o desenvolvimento e tomar o seu devido lugar ao lado de empresas das economias mais desenvolvidas. Tudo o que se pede é que a OMC remova as barreiras artificiais e entraves desfavoráveis que impedem os africanos de libertar as suas energias criativas e produtivas.

Um sistema global mais justo, mais igual e mais acessível tem de estar no topo da agenda de reformas do próximo director-geral. Uma OMC à altura de seu propósito também poderá permitir aos governos de países em desenvolvimento, mas mais pequenos, agir em nome dos sectores privados sem medo ou favorecimento.

África vai apoiar o sucessor de Ricardo Azevedo, contando que a OMC sirva África do mesmo modo que serve o resto do mundo.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Por mais que nós, jornalistas, tentemos resistir ao domínio das redes sociais a verdade é que é impossível negar o seu poder.

Com todas as falhas que têm, com todas as facilidades de induzir a opinião pública a erro, de manipular (apesar de ser verdade que que isso os nossos órgãos públicos também fazem sem qualquer vergonha), há que reconhecer que o registo de imagens e a rapidez da partilha de informação é monumental. Os meios de comunicação clássicos face às redes sociais só se podem adaptar para as usar a seu favor, e chamar a si a responsabilidade dos meios sérios (como tenho orgulho de poder dizer que são a rádio Essencial e o jornais Valor económico e Nova Gazeta) que se torna cada vez mais a de ajudar as pessoas a perspectivar, a analisar os temas que correm como o vento online em posse do máximo de informação possível para que tenhamos uma sociedade menos suscetível a manipulações de qualquer espécie, menos dominada pela ignorância e cada vez mais consciente dos seus direitos e deveres.

Aqui há umas semanas, a propósito da confusão sobre os milhões para o hino do Big Nelo (que eram milhões de kwanzas), eu falava de coisas que podem ser mal feitas, mas que são menos graves e que levam a imensa comoção e coisas muito mais sérias nem por isso. Temos mais exemplos a diferentes níveis da semana que passou. Fomos de mão estendida ao FMI pedir mais dinheiro e aceitaram emprestar-nos mais mil



milhões, e o governo vem dizer que é sinal de aumento da confiança internacional em Angola, mas temos um cidadão com uma só conta corrente, querido leitor, com o que se diz ser mais de mil e duzentos milhões de USD. Como é que temos cara para pedir aos estrangeiros? O pessoal do Fundo só se deve rir com a nossa pouca vergonha...

A recuperação coerciva é evidentemente só para os Dos Santos e para pessoas na mesma lista negra, porque se o combate à corrupção tivesse como objectivo melhorar as condições económicas do país (essa é devia ser a missão do governo), tinham ido reclamar o dinheiro nessa conta, que sabiam que estava congelada pelo menos desde o ano passado quando os suíços pediram ajuda às nossas autoridades para esclarecer o caso. Daqui nem um pio desde o ano passado. Se fosse uma conta de um Dos Santos? Como dizem os Kalibrados 'telefone ia tocar desligado', TV e rádio iam ligar sozinhas para poderem 'esten-

der' mesmo bem. Mas como se trata de um cidadão que não da lista negra, das nossas autoridades e da nossa media pública não se ouviu nada até que, arrastados pela pressão das redes sociais lá foram também "a arrastar os pés" levar o senhor para questionar, constituir qualquer coisa e confiscar prédios, alguns que ele até já tinha vendido ao próprio Estado. Mas até nesta questão temos problemas de percepção. Em vez de estarmos mais incomodados com o facto de que se há mais de mil milhões numa conta certamente haverá muito mais noutras, e haverá pessoas com mais, numa altura em que vamos pedir batatitas ao FMI e endividarmos mais o país para isso, não, ouve-se é falar da cor de pele do senhor, como sendo o que justifica que não tenha sido preso como foi o ex-vice da Lunda Sul.

Estamos sempre a focarmo-nos em não assuntos... E agora pergunto eu, a dificuldade de irem buscar o homem dos 900 milhões já depois da Suíça lhe congelar as

contas e pedir ajuda às autoridades angolanas em 2018 é por causa da cor da pele do senhor ou por causa do sítio de onde sai o dinheiro que ele levou para fora do país?

Qual é o denominador comum entre aquelas que são apontadas como as maiores fortunas de angolanos no exterior fora da família proscrita Dos Santos? Aqui o que impede que São Vicente seja preso não serão as amizades dele da Sonangol? Não está evidente para todos que os dinheiros a sério deste país se fizeram à custa da Sonangol? Todas as mães já sabem e por isso é que o sonho de tantas crianças é estudar e ir trabalhar na Sonangol, quando não é simplesmente sair de Angola e ficar no estrangeiro...

Isabel dos Santos (IS) que tem a mesma cor do homem do lacinho se aqui pisa o pé, provavelmente é presa rápido, não é a cor de pele que a vai salvar. Essas são distraçõeszinhas mesquinhas mas que preocupam principalmente quando saem da boca de intelectuais. O tema aí é dinheiro e muito

dinheiro mesmo e proteger uns e esmagar outros de acordo com a agenda do poder. O tema não é a cor de pele. IS que só não esta presa porque se pôs bem longe da justiça à comboy que temos, falou sobre esses dinheiros que ditam quem vai preso e quem não vai para além das listas negras do poder. 10 anos de AAA no domínio dos seguros petrolíferos significaram perdas de quatro ou cinco mil milhões de dólares só com um contrato, isso é quase a totalidade do dinheiro que o FMI nos está a emprestar e sobre o qual vamos ter de pagar juros. O nosso governo também deve ter o tal problema de proporção porque a 'corrida que dá' à IS que esteve lá 18 meses não tem paralelo no outros que lá andaram muitos anos e de não se ouve falar. Mas IS ainda disse pior, havia mais contratos lesivos como o das AAA e mais de 800 milhões de dólares pagos por contratos que nem estavam nos registos das empresas 9 ou 10 aviões com custos de cerca de 60 milhões de dólares desaparecidos. E grave é que nada disto causa a celeuma que causa o hino dos milhões de kwanzas ou a cor do senhor que não foi preso. Essas cores todas são mesmo nossas. Temos de as assumir porque temos angolanos de corpo e alma de todas as cores.

A propósito de cores e de redes sociais não podia deixar de mencionar esta semana a vergonha se torna a nossa cor às vezes e que é uma vergonha, como tudo o resto, maximizada pelas redes sociais. Não é uma vergonha que venha dos tons diferentes da pele mas uma vergonha profunda que vem da crueldade e da maldade desenfreada que os africanos conseguem demonstrar uns com os outros. E da incompetência horrorosa das suas lideranças para lidar com isso. O vídeo de uma senhora completamente nua a fugir de soldados que filmando lhe batem até se cansarem e depois metralham o seu corpo nu e desgraçado, é uma vergonha tão profunda tão chocante que não há palavras. Diz um texto que o seu filho de 12 anos foi morto e que ela foi violada. Ouve-se se os soldados chamarem-lhe bruxa antes de a assassinares. Como é que temos coragem de pedir respeito do resto do mundo quando ainda convivemos com as mais profundas trevas. Com a ignorância e brutalidade? Como é que temos cara para pedir seja o que for aos estrangeiros?

“ Não entrando em choque com o que está estruturado e legislado sobre os salários da função pública, sou de opinião que nenhum funcionário do Estado deve auferir salários superiores ao do chefe de Estado. ”

Justiça Salarial: O catalisador da corrupção em Angola



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola



Numa empresa de petróleos privada, tive uma funcionária mediana que decidiu falar comigo porque deveria ganhar muito mais para ficar ao nível das colegas nas outras empresas. Era uma secretária eficiente, embora tivesse dificuldades muito sérias em exprimir-se em inglês, o que numa empresa americana é fundamental. Ganhava mais de cinquenta vezes o salário mínimo nacional e era paga em dólares americanos.

As empresas privadas em Angola há muito que lutam por profissionais de alta qualidade, o que não abunda no mercado nacional. Quando identificam as pessoas que lhes interessam, tentam agarrá-las pagando bem. Exageradamente bem. Regra geral, pagando muito mais do que essas pessoas valem no mercado internacional. Outra razão para “pagarem bem” é a garantia da cumplicidade que necessitam. Afinal de contas, o salário chorudo compra confidencialidade e, quiçás, lealdade. Para além disso, no caso da indústria de petróleos, as companhias recuperam tudo o que gastam e ainda por cima com o amaldiçoado “uplift” que nos arromba por todos os lados. É caso para dizer que as companhias lucram desavergonhadamente ao pagarem exageradamente bem os seus funcionários, sacrificando o ambiente de trabalho nacional e provocando especulação salarial. Talvez, corrupção social, via salários.

Para além disso, é necessário justificar os salários obesos dos expatriados. Afinal de contas qualquer trabalhador estrangeiro ganha em Angola pelo menos três vezes mais do que ganha no Texas ou em Oklahoma, exercendo as mesmas fun-

ções e, normalmente, com melhor desempenho (na verdade o desempenho dos expatriados em Angola não é, muitas vezes, o que se espera). Daí que os expatriados da indústria de petróleos adoram vir trabalhar para Angola. Não é porque gostem muito do nosso subdesenvolvimento e ainda por cima longe da família. É por causa do “money”.

Com a especulação de salários feita pelas empresas de petróleo privadas a operar em Angola, a Sonangol seguiu-lhes a pegada. Sem margem para dúvidas, os funcionários da Sonangol criaram para si próprios um ninho de conforto salarial astronómico e invejável, sobretudo se os compararmos com os da restante função pública. E é com a função pública em geral que temos que comparar uma vez que a Sonangol pertence ao Estado.

Afinal de contas quanto ganha um administrador da Sonangol? Neste momento, calculo que ganhe cerca de 15 milhões de kwanzas. Este montante é pelo menos 15 vezes mais do que ganha um ministro de Estado. Quanto ganha um chefe de departamento da Sonangol? Cerca de 5 milhões. Quanto ganha o director nacional de Agricultura? Menos de 15% deste montante. Este é o problema que temos que seriamente encarar se queremos

combater a corrupção. Podemos até afirmar que esta diferenciação é o catalisador da corrupção no nosso país. Precisamos urgentemente de introduzir, na equação, justiça salarial: funções e educação semelhantes requerem benefícios salariais semelhantes.

Há um grupo de amigos meus que, nesta altura da leitura deste texto, está a chamar-me nomes feios. Se calhar, porque até sabem que, durante muitos anos, eu fazia parte desse grupo de mais bem pagos. Mas eu não trabalhava para a função pública. Noutras palavras, eu falo daqueles que, trabalhando para o Estado, beneficiam irracionalmente de privilégios muito maiores do que os outros. O meu argumento é justiça salarial.

Isso não altera o facto de que há sectores onde se requer mais do que noutros, embora o significado nacional seja sempre o mesmo. É neste sentido que é preciso corrigir o que está mal. A corrupção salarial precisa de ser debatida, mesmo que para alguns se venha a reduzir o dito salário gordo. Assim sendo, eu arrisco-me a sugerir aos nossos deputados a aprovação duma tabela salarial única para toda a função pública, incluindo para as empresas que pertençam ao Estado. E isso seria feito através de bandas salariais.

Não entrando em choque com o que está estruturado e legislado sobre os salários da função pública, eu sou de opinião que nenhum funcionário do Estado, incluindo a Sonangol, AGT, Taag e outras como tal, deve auferir salários superiores ao do chefe de Estado. O funcionário mais bem pago tem de ser o Presidente da República.

Muito próximo do chefe do Estado (quicá 95% do que aufero o Presidente da República), estariam os juizes dos supremos tribunais, reitores das universidades, cientistas, médicos especializados, comandos militares e de polícia.

De seguida, os quadros superiores e técnicos especializados e os professores com mais de 30 anos de experiência, independentemente do cargo que ocupam.

Pelos cargos que se ocupam, poder-se-ão criar subsídios ou bónus de sucesso e/ou rendimento. Por exemplo, a direcção dos serviços de identificação, ao acabar com os bilhetes pendentes, teriam direito a um bónus a ser proposto pelo Presidente da República após uma auditoria adequada à circunstância. E assim sucessivamente.

Nesta perspectiva, ao estabelecermos um tecto, nenhum funcionário público deveria ganhar menos do que 50% do salário do Presidente

da República. Com a distribuição salarial (de uma forma geral) dentro desta banda, traria à função pública uma justiça salarial o que faria com que a corrupção viesse a diminuir. É de extrema importância que todos os servidores do Estado se sintam tratados com justiça e sem justiça salarial esse sentimento não existe. É por isso que a justiça salarial é o catalisador da corrupção em Angola.

A situação actual deve-se ao parto difícil que o Estado teve de enfrentar em 1975. Com o desaparecimento dos quadros da função pública colonial, houve necessidade de preencher o espaço deixado com o que houvesse a mão de semear. Foi assim que se perdeu o respeito pela função pública, uma vez que o Executivo preencheu esse vazio não com funcionários capazes ou conhecedores da função, mas com os seus simpatizantes e militantes, na maioria dos casos incompetentes e como tal fácil de se corromperem. A corrupção aparece na função pública ao resolver antes de mais os problemas dos camaradas. Aliás, o que se verifica ainda hoje é que, nas empresas do Estado onde se pagam salários pornográficos, estão principalmente as crias dos executivos anteriores e demais tentáculos do partido no poder.

Contrariamente ao que se pratica, os deputados não devem auferir quaisquer salários uma vez que são candidatos voluntários em missão de serviço temporário. Os deputados não são funcionários públicos nem foram admitidos por concurso público. Quiçás, são funcionários do partido que representam. Os deputados poderão eventualmente beneficiar de prémios de presença e assiduidade e provavelmente de bónus de desempenho a serem distribuídos directamente pelo presidente do Tribunal Supremo. A menos que passem a ser funcionários públicos com perfil específico e curriculum adequado às funções que desempenharem, comprometendo-se a não terem quaisquer negócios por fora.

Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 226 Partilhas 81 Likes 592

A edição 226 do Valor Económico chegou a mais de 40 mil internautas e mereceu mais de seis mil interações entre comentários, partilhas e emoções. O caso São Vicente e os custos do Monopólio das AAA para o Estado liderou as discussões online na página do seu especialista de economia e também noutros fóruns de discussão.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Manuel João Grosso

Muito mal "PGR" tem de apertar com este camarada...



Cassiano Sousa

Tudo boa gente, todos sérios \$\$ realmente Deus não dorme!!!



Domingos Moreira

Vou dormir um pouco, isto provoca dor de cabeça...



Domingos Conceição Teta Dembo

"O óbvio seria uma heregia" Angola como país independente nasceu dum escândalo vive do escândalo sobrevive de escândalo e morrerá como uma nação do esgoto e prossegue como um país fracassado por desamor da geração que governa esse sítio tornado o pior de se viver e criar vida obrigado e viva MPLA por nos legar uma miséria perpétua.



Satã Eduardo Dos Santos

PGR investiguem ainda o Carlos São Vicente se é mesmo nosso irmão. Angola continua com fome.



Amândio Ferreira

Que caminho este ????



Domingos Conceição Teta Dembo Satã Eduardo Dos Santos

Só você é que não sabe, ele nasceu em Portugal nos anos 80 trabalhou na televisão popular de Angola. Seu padrinho da casamento com a Irene Neto foi o falecido General Pedalé. Recebeu a nacionalidade Angolana por se casar com uma Angolana. Neto quando em vida não aprovava o namoro da sua filha com Português e só foi possível depois de morto.



Mukweto Muxito Dias

Quando os genros dos presidentes da república São estrangeiros, dá nisto!



Henrique Remédio

Vamos acabar mal!



Rossano Calmo Calmo

Quando o presidente falou dos 500 mil empregos, contou com o bom senso desses camarada. Devolver o dinheiro escondido na boa, ou investir em negócios e isto gerava empregos. Agora puseram o presidente no cafrique e a promessa ficou no papel.



Ambrósio Vicente Filipe Vicente

Só vim lembrar que Angola está na 10 posição dos países sem futuro



Emílio Dos Santos

É engraçado saber que continuamos a fazer dívidas quando ainda temos burros endinheirados armados em chicos espertos. Gente sem escrúpulos. Que ardam no inferno.



Satã Eduardo Dos Santos

Vergonhoso



Wanderberg Andre

Nós já acabamos só estamos a insistir



José da Silva

Isto chama-se má gestão e roubo em conexão

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**



Conferência



Feira Virtual



MasterClass



Lançamento
de Produtos

LIVE

100% DIGITAL

**Primeiros 16 oradores já confirmados
(em actualização)**



Efosa Ojomo

Senior Research Fellow no Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation



Pedro Lopes

Secretário de Estado para a Inovação e Formação Profissional de Cabo Verde



Gadi Lipiner

Consultor e Ex.CEO e fundador de Startups tecnológicas em Israel



Haymée Cogle

Co-founder do Chapter Founder Institute Angola (Luanda)



Lúcia Stanislas

Entusiasta do desenvolvimento, mentora, empreendedora e humanista



Eli David

CEO da StartupBlink



Luis Madureira

Managing Partner da Uberbrand e Consultor de Competitive Intelligence (CI).



Adedeji Ogunnubi

HR Manager na TOTAL E&P Canadá



Vítor Varela

Administrador Executivo no NOSi (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação de Cabo Verde)



Sérgio Povoas

Director do Business Angel Club em Portugal



Patrício Quingongo

Fundador e CEO da Petroangola



Sérgio Alves

Consultor Internacional na Sociedade Portuguesa de Inovação



Luis Verdeja

Fundador da Jobartis (primeiro portal de emprego em Angola)



Diogo Ponte

Managing Director da Kairos (The Hemera Capital Partners Initiative to Drive Impact)



Teodoro Poulson

Coordenador da Comissão de Reestruturação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)



Dimonekene Ditutala

Embaixador do Africa Code Week para Angola

**Moderação
(em actualização)**



José Bucassa

Director do AIS



Morato Custódio

Business Developer e Project Manager na Multipla Angola



Adrian Vinuales

Co-fundador da Jobartis e da Comunidade de Recursos Humanos Angola (CRH)



Seidou Ndolumingo

Fundador e CEO do Portal de TI

O MUNDO "MUDOU"! FIQUE EM CASA, MAS NÃO FIQUE PARA TRÁS.

Covid-19

EFEITO COVID-19

Petrolíferas admitem retracção de investimentos

As multinacionais petrolíferas que operam em Angola admitem que a pandemia afectou negativamente o sector que enfrenta desafios como a retracção de novos investimentos no país.

A situação foi relatada à imprensa pelo porta-voz da Associação das Companhias de Exploração e Produção de Petróleo em Angola, no final da audiência que o Presidente João Lourenço, concedeu a 15 responsáveis de petrolíferas que operam em Angola.

Andre Kostelnik, que é também director da Exxon-Mobil em Angola, declarou que houve demora na tomada de decisões de negócios, bem como redução da actividade de perfuração, o que postergou oportunidades de investimento.

Segundo Kostelnik, o futuro de Angola não foge daquilo que é a situação actual, marcada por desafios, que são o impacto económico da pandemia da covid-19 sobre a indústria petrolífera. O porta-voz do encontro frisou que há o compromisso entre as operadoras de continuarem a trabalhar em conjunto, tal como no passado, para encontrar soluções, através das quais poderão trazer mais investimentos.



EM 36 ZONAS

Madrilenos protestam contra restrições

Vários madrilenos manifestaram-se nas ruas da capital de Espanha contra as medidas implementadas em 37 zonas da cidade para conter a propagação do novo coronavírus, como a colocação de restrições nos bairros com maiores rácios de contágio.

Várias pessoas, com máscaras e a tentar manter o distanciamento físico imposto pela pandemia, marcharam pelas ruas de Madrid aplaudindo, em uníssono, enquanto gritavam palavras de ordem e apelavam à demissão da líder do executivo regional, Isabel Diaz Ayuso.

Segundo a Associated Press, é impossível precisar quantas pessoas participaram no protesto porque os cidadãos vieram de todas as partes da cidade. “Por todos ou por nenhum”, ouvia-se no bairro de Vallecas, uma alusão às medidas anunciadas pela governante de Madrid, de que algumas das

áreas mais empobrecidas da cidade, coincidem com as que têm os maiores ratios de propagação do Sars-Cov-2, teriam restrições, limitando as movimentações dos residentes ao estritamente essencial.

Estas restrições deverão afectar cerca de 860 mil pessoas, que apenas poderão sair das áreas de residência para trabalhar, estudar ou para consultas médicas. Os parques nestes bairros vão estar encerrados e as lojas e restaurantes terão de reduzir a capacidade para 50%.

A Comunidade de Madrid – a que regista o maior número de infecções em Espanha – elaborou um documento para permitir as saídas das 37 áreas identificadas como de maior risco de propagação da covid-19, por “razões laborais e profissionais”.

No caso das pessoas que saem destas zonas para ir trabalhar, no documento, deve

constar a informação pessoal do cidadão, o nome da empresa para a qual trabalha e o cargo que ocupa.

As universidades Complutense e Autónoma de Madrid recorreram à rede social Twitter para dar instruções aos estudantes para utilizarem os cartões de estudantes como justificação para saírem das áreas de residência para ir às aulas.

As autoridades sanitárias também farão controlos aleatórios e de carácter dissuasor para reforçar o cumprimento destas regras. A saída destas 37 zonas madrilenas também será permitida para a prestação de cuidados a pessoas seniores, a menores ou dependentes, aceder às entidades bancárias ou de seguros, ou quaisquer necessidades de força maior.

Espanha registou até sexta-feira, mais de 640 mil casos de covid-19, de que resultaram 30.495 mortos.

EM OUTUBRO

Emirates retoma voos para Angola

A companhia aérea dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Emirates, anunciou que vai reiniciar a rota Dubai – Luanda, a partir de 01 de Outubro, com ligações semanais

O anúncio, feito através da página de Facebook da transportadora aérea, indica que com este serviço a Emirates aumenta a rede africana para 15 cidades e a rede global para 87 cidades.

Angola fechou todas as fronteiras a 20 de Março para conter a propagação da pandemia da covid-19, autorizando apenas voos de carga e humanitários.

Seis meses depois, o Governo anunciou para dia 21 de Setembro a retoma dos voos regulares, sem necessidade de autorização das autoridades.

No entanto, todos os passageiros terão de ser portadores de um teste de despistagem à covid-19 (RT-PCR), realizado até 72 horas antes do embarque.



A PANDEMIA DA COVID-19 causou dificuldades às zungueiras com impacto sobretudo a nível da satisfação de necessidades básicas, revelou um estudo. A pesquisa qualitativa, sobre o “Impacto da covid-19 na Vida das mulheres zungueiras em Luanda”, foi elaborada pela Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Género (ASSOGE).

DESDE ABRIL

Cabo-Verde já pagou 3 milhões em apoios sociais de emergência

Cabo Verde pagou, desde Abril, cerca de três milhões de euros em apoios sociais de emergência a milhares de famílias afectadas pela pandemia de covid-19.

A maior fatia desse investimento passou pela atribuição do Rendimento Solidário, assegurado pelo Ministério da Família e da Inclusão Social e pelo Instituto Nacional de Previdência Social, que entre as duas entidades já chegou a 23.973 beneficiários, no valor de quase 2,2 milhões de euros. Trata-se de um apoio mensal de 91 euros, destinado essencialmente a trabalhadores do informal do regime não contributivo. A este apoio acrescentam 3.273 beneficiários do Rendimento Social de Inclusão Emergencial, atribuído pelo Ministério da Família, totalizando 164 mil euros, enquanto 22.671 famílias rece-

beram assistência alimentar, em géneros, no valor de 564 mil euros. Segundo dados do Governo noticiados pela Lusa, o Rendimento Social de Inclusão Emergencial, no valor de 50 euros, é atribuído a agregados familiares em situação de extrema vulnerabilidade, enquanto a ajuda alimentar é composta por cabazes com arroz, massa, óleo, feijão, milho, leite em pó e açúcar. O governo cabo-verdiano tem lançado, desde Abril, várias medidas para minimizar os impactos da crise económica no arquipélago, dependente do turismo e fechado ao exterior devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus desde 19 de Março. Cabo Verde contava, até 20 de Setembro, com um acumulado de 5.257 casos de covid-19 diagnosticados desde 19 de Março, que provocaram 51 mortos.



EM LONDRES

Confronto entre Policias e opositores das restrições

A polícia de Londres, Inglaterra, entrou em confronto com manifestantes que protestavam contra as restrições que visam conter a disseminação do novo coronavírus.

Os confrontos ocorreram quando a polícia tentava dispersar centenas de manifestantes reunidos em Trafalgar Square, no centro de Londres.

De acordo com a agência Associated Press (AP), alguns dos participantes no protesto formaram bloqueios para impedir a polícia de consumir a prisão de manifestantes e o trânsito foi interrompido naquela zona, localizada a

menos de um quilómetro da residência oficial do primeiro-ministro, Boris Johnson.

O comício “Resistir e Agir pela Liberdade” incluiu dezenas de pessoas segurando faixas e cartazes, como um onde se podia ler “Isto agora é tirania” e indicava “Liberdade”. A polícia afirmou que na manifestação existiram “bolsas de hostilidade” e “surto de violência contra os agentes” policiais.

Em comunicado, a polícia inglesa frisou que os manifestantes estavam a colocar-se “a si mesmos e a outros em risco” e pediu aos participantes no comício de Londres que dispersas-

sem imediatamente ou corriam o risco de ser presos.

O governo da Grã-Bretanha impôs uma proibição de todas as reuniões sociais com mais de seis pessoas numa tentativa de lidar com um aumento acentuado nos casos de covid-19 no país, mas as autoridades estão a considerar aplicar restrições ainda mais rígidas.

A Grã-Bretanha tem o pior número de mortes na Europa na pandemia, com 41.821 mortes confirmadas relacionadas com o vírus, mas especialistas acreditam que todos os números subestimam o verdadeiro impacto da pandemia.

DURANTE A PANDEMIA

Bolsonaro diz que ficar em casa é para “fracos”

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, declarou que ficar em casa durante a pandemia de covid-19 é para “fracos” e deu os parabéns a um grupo de agricultores por “não terem entrado na conversinha mole” do isolamento social.

Num evento em Mato Grosso, Bolsonaro disse que “sempre disse que o vírus era uma realidade, e tínhamos de enfrentá-lo. Nada de se acovardar perante aquilo de que não podemos fugir”, acrescentou.

O presidente afirmou ainda que o agro-negócio deu segurança alimentar ao país. “O agro-negócio, em grande parte, evitou que o Brasil entrasse num colapso económico, e mais do que isso: deu-nos segurança alimentar, não só a 210 milhões de brasileiros, bem como mais de mil milhões de outras pessoas que vivem ao redor do mundo”, salientou Bolsonaro.

Na semana passada, o chefe de Estado, que, desde o início da

pandemia, se mostrou bastante céptico em relação à gravidade da doença e se opôs ao isolamento social, declarou que o Brasil está entre os países que menos sofreu com a covid-19.

O Brasil é o país lusófono mais afectado pela pandemia e um dos mais atingidos no mundo, ao contabilizar o segundo número de mortos (mais de 4,4 milhões de casos e 134.935 óbitos), depois dos Estados Unidos da América.



Marcas & Estilos



Degustar com os olhos

O refrigerador de vinho clássico e atemporal permite que os amantes do vinho celebrem a paixão de uma forma requintada. Foi projectado pelo arquitecto sueco Thomas Sandell, e traz um elemento de estilo para qualquer mesa. É fabricado em aço inoxidável polido espelhado e, ao tocá-lo, as mãos confirmam o que os olhos viram.



Um best-seller com discrição

O Royal Hi é a evolução natural do Royal e um verdadeiro best-seller. Uma alternativa para os dias mais frios, que não compromete a discrição. É um produto projectado e feito à mão com cuidado em Portugal, com couro de bezerro de grão integral.



AUTOMÓVEL

Símbolo da actualidade

O 4.0 de capacidade é o mesmo usado pelo Audi SQ7 TDI. No entanto, no Volkswagen, a potência fica-se pelos 421 cavalos, não chegando aos 435 do Audi.

O Touareg V8 TDI vem juntar-se aos motores V6 (Diesel e a gasolina) da gama Touareg e faz do SUV o mais potente Volkswagen da actualidade, superando pelo número de cavalos de um GTI, os 300 apresentados pelos bem mais desportivos T-Roc R ou Golf R.

AGENDA

LUANDA

26 DE SETEMBRO

1.ª Edição da Feira Internacional da Moda no Estádio Municipal dos Coqueiros, a partir das 16 horas.

ENTRE 6 E 10 DE OUTUBRO

Feira Internacional de Luanda, na Zona Económica Especial (ZEE).

HUÍLA

DE 24 A 27 DE SETEMBRO

1.ª Edição da Feira de Escoamento da Produção Nacional - AdriHuila. O evento vai decorrer no recinto da Expo-Huila, no Lubango.

LIVROS



COM ESTE LIVRO, Paulo de Moraes apresenta um registo, para memória futura, do flagelo da corrupção. Retratam-se casos e protagonistas, essencialmente na esfera da política, para que fiquem identificadas as causas do fenómeno e os seus principais responsáveis.



SE FOI AFECTADO financeiramente pela pandemia da Covid-19 (ou no futuro por outra crise qualquer) e quer evitar afogar-se ainda mais em créditos e dívidas para conseguir pagar as suas contas, este livro é para si.



TURISMO

Vale a pena regressar

Com souks coloridos, arquitectura mourisca, jardins intimistas e hotéis-boutique, Marrakech é inesquecível. Permite-lhe passar os dias nos pátios tranquilos e vielas sinuosas da histórica Medina, caminhar pelo sossegado Jardim Majorelle ou explorar a beleza das mesquitas da cidade.

O La Mamounia Marrakech é um 'lar longe de casa' em Marraquexe, um lugar para visitas relaxantes e agradáveis.

Pode degustar ostra no Le Grand Cafe De La Poste, no La Mamounia ou no Chez Mado. A alternativa é um restaurante que serve comida francesa, como Restaurant of La Maison Arabe, Terrasse des épices ou Palais Jad Mahal. E depois, termine a noite num riad único.

DEVIDO AO AQUECIMENTO DO PLANETA

Nível do mar pode subir 39 centímetros até ao fim do século

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. No continente gelado da Antárctida, a superfície de gelo poderá, inclusive, crescer, baixando o nível do mar cerca de oito centímetros.

O nível do mar poderá subir até 39 centímetros até ao final do século devido ao degelo das calotes glaciares provocado pelo aquecimento do planeta, estima um novo estudo recentemente publicado, citando o cenário mais pessimista traçado.

Para este estudo, na revista científica *The Cryosphere*, cientistas de cerca de 40 institutos modelizaram dois cenários de emissões de gases com efeito de estufa e o seu impacto

nas massas de gelo da Gronelândia (Dinamarca) e da Antárctida.

No primeiro cenário, por força da continuação regular do aumento das emissões, o degelo na Antárctida fará subir até 30 centímetros o nível do mar.

Na Gronelândia, o derretimento da massa de gelo contribuirá para um aumento de 39 centímetros do nível dos oceanos.

Considerando o segundo cenário, de forte redução das emissões de gases com efeito de estufa, o degelo na Gronelândia poderá aumentar o nível das águas em três centímetros.

No continente gelado da Antárctida,

a superfície de gelo poderá, inclusive, crescer, baixando o nível do mar cerca de oito centímetros.

Um estudo anterior, publicado no início de Setembro, na revista da especialidade *Nature Climate Change*, alertou para a possível

65

Metros, nível que poderão atingir as águas, caso as calotes glaciares da Antárctida e da Gronelândia derretam completamente.

subida do nível dos oceanos em 40 centímetros até 2100, ameaçando centenas de milhões de habitantes das zonas costeiras.

Em Fevereiro, outro trabalho, que sintetiza modelos realizados por 27 institutos internacionais, estimou que só o degelo na Antárctida poderá conduzir a um aumento até 58 centímetros do nível do mar até ao fim do século, caso o ritmo global das emissões de gases com efeito de estufa se mantenha inalterado.

Se as calotes glaciares da Antárctida e da Gronelândia derretessem completamente, o nível das águas poderia subir 65 metros.



ZIMBÁBUE

Apreendidos gorilas e chimpanzés traficados

Pelo menos 26 gorilas e chimpanzés, retirados ilegalmente da República Democrática do Congo (RDC), foram apreendidos ainda vivos no Zimbábue e quatro suspeitos foram presos, disseram na semana passada as autoridades dos países.

O Ministério do Ambiente congolês também anunciou a apreensão de 56 quilos de escamas de pangolins no Parque Nacional de Garamba, no nordeste da RDC, na fronteira com o Sudão do Sul e o Uganda.

“Havia cerca de 26 grandes macacos num só camião. Dois congolezes, um malauiano e um zambiano foram presos no posto de Chirundu”, na fronteira com a Zâmbia, disse Tinashe Farawo, porta-voz da Autoridade dos Parques e da Vida Selvagem do Zimbábue (Zimparks), citado pela agência France Presse.

“Levámos os macacos com o objectivo de os repatriar para a RDC”, acrescentou o porta-voz, adiantando que os alegados traficantes foram detidos durante uma operação de rotina e já foram levados à justiça.



No primeiro cenário, por força da continuação regular do aumento das emissões, o degelo na Antárctida fará subir até 30 centímetros o nível do mar.

NÚMEROS DA SEMANA

MIL

Milhões de dólares, novo montante que o FMI desembolsou no quadro do pacote de assistência técnica e financeira a Angola.

39

Milhões de dólares, valor que o Governo autorizou para o projeto de desenvolvimento do Porto do Namibe, cerca de 6,5% do valor estimado da empreitada avaliada em 600 milhões de dólares.

99%

Proporção de escolas que não têm condições para o regresso às aulas em segurança, segundo um estudo de duas organizações não-governamentais que recomendam a adoção de medidas para o abastecimento regular de água.

7

Mil milhões de kwanzas, total da dívida acumulada dos clientes da Ende, em Benguela, especificamente nas redes de baixa e média tensão.

VALOR DEFENDEU CRIAÇÃO DO ÓRGÃO EM ABRIL

JLo tem conselho económico

O Presidente da República criou, por decreto, o Conselho Económico e Social que integra 45 membros por ele escolhidos. A lista inscreve nomes conhecidos como dos empresários Carlos Cunha e de Jaime Freitas, bem como dos economistas Alves da Rocha, Yuri Quixina, Carlos Rosado de Carvalho e Laurinda Hoygaard. Fazem ainda parte do grupo, entre outros rostos 'visíveis', o académico José Octávio Serra van Dúnem, o agrónomo Sérgio Zeferino Calundungo, o ambientalista Vladimir Russo e o director do Fundo de Apoio Social, jurista Belarmino Jelembi.

Segundo nota do secretariado de imprensa do Presidente, este órgão consultivo autónomo tem a incumbência de produzir reflexões sobre questões de especialidade macroeconómicas, empresarial e social. João Lourenço tinha anunciado a constituição do órgão, agora formalmente estruturado, depois de, em Maio passado, ter avaliado com representantes da sociedade civil o impacto da covid-19 nas empresas e nas famílias.

Entretanto, um pouco antes, a 13 de Abril, o VALOR escrevia, em editorial (ler página 2), que o Presidente devia convidar "especialistas 'desinteressados' para ouvi-los sobre as possíveis soluções para a economia". Defendia o jornal que "a auscultação técnica e relevante pelo Presidente da República não se pode confinar a pessoas ou grupos de interesses que, por razões óbvias, muitas vezes, apresentam uma visão parcial e comprometida dos factos e das soluções", dando como exemplos associações empresariais. Na leitura do jornal na altura e que volta a sublinhar em editorial deste número, "as respostas para a economia não têm de estar entregues exclusivamente aos lobistas, à jovem que comanda corajosamente o Ministério das Finanças e ao ministro de Estado que mais se notabiliza pela sua ausência".



PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA

Edertrudes 'factura' milhões

Chefe de Gabinete do Presidente João Lourenço terá conseguido contratos de vários milhões através de uma das suas empresas de consultoria. Investigação da portuguesa TVI reporta que Edeltrudes Costa fez passar dinheiro por uma conta na Madeira que serviu para comprar propriedades de luxo em Portugal. Tudo com aval do Chefe de Estado.

De acordo com a TVI, João Lourenço autorizou a contratação da consultora de Edeltrudes Costa, "seu braço direito" e um dos negócios que, "tinha como objetivo a modernização dos



aeroportos angolanos, rendeu vários milhões de euros em contratos públicos, e o dinheiro acabou por ser transferido para Portugal, onde foi utilizado para comprar casas de luxo em Sintra e Cascais. A investigação nota que Edeltrudes Costa enviou ainda dinheiro para o Panamá, utilizando uma sucursal do então Banco Espírito Santo (BES) na zona franca da Madeira. "Desde que João Lourenço assumiu o poder que Edeltrudes Costa é o seu braço direito, movendo-se há vários anos nos corredores do poder angolano, mesmo durante os mandatos de José Eduardo dos Santos".

A empresa EMFC – Consulting, S.A é detida por Edeltrudes Costa com poderes ilimitados, sendo que o seu mandato à frente da companhia só pode ser revogado com autorização do próprio e não tem prazo de caducidade.

Num despacho aprovado por Jlo é mencionada a contratação da Roland Berger, num documento que prevê a subcontratação da EMFC. O contrato é de Fevereiro de 2019 e o outorgante que o assina pela EMFC é português Nuno Monteiro Dente, que é representante da Roland Berger desde 2018, estando assim envolvido em ambas as empresas contratadas. Este português foi um dos integrantes da listas do Iniciativa Liberal às últimas eleições legislativas, concorrendo pelo círculo de Viana do Castelo. Contactado pela TVI para um pedido de esclarecimentos, nunca deu qualquer resposta.

Isabel dos Santos nega lavagem de dinheiro nos EUA

Isabel dos Santos nega as alegações do 'caso FinCEN Files', referindo que não transferiu dinheiro nenhum e nem sequer é cliente de bancos norte-americanos, citados. "A engenheira Isabel dos Santos ou as suas empresas nunca foram clientes de nenhum banco norte-americano. É completamente falso e difamatório que um banco norte-americano ajudou a engenheira em transferências associadas à sua família e ao Estado angolano", refere em comunicado, reagindo a notícia dando conta que Isabel dos Santos e o marido Sindica Dokolo estarão entre os clientes confidenciais que foram reportados às autoridades americanas no âmbito dos FinCEN Files.

De acordo com as notícias, mais de 2.100 relatórios sobre actividades suspeitas enviados entre 1999 e 2017 por vários bancos às autoridades americanas estão na origem da mais recente fuga de informação à escala mundial, os FinCEN Files.

A empresária explica que em 2013 os pedidos de informação adicionais que suportavam estas transações foram solicitados pelos bancos e pelo supervisor e foram devidamente prestados. "Foi, ademais, verificado que não existia nenhuma situação anómala nem nenhuma irregularidade e que se tratavam de pagamentos efetuados no âmbito de actividades comerciais ordinárias e correntes".